

## *BRASIL NOS TEMPOS DO BOLSONARISMO: POPULISMO E DEMOCRACIA ANTLIBERAL*

**Jefferson Ferreira do Nascimento<sup>1</sup>**

jfnasc@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Brasil

**Maria do Socorro Sousa Braga<sup>2</sup>**

msbraga2009@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Este artigo verifica em que medida as ações e reações do movimento e do governo Bolsonaro se aproximam das características do populismo. Para isso, primeiro identificamos esses eventos em matérias jornalísticas e vídeos com discursos e pronunciamentos de Jair Bolsonaro. Em seguida, averiguamos as características do populismo no movimento que leva Bolsonaro ao poder e no seu governo. Argumentamos que a comunicação política eficiente com fundamentos ideológicos permitiu a manutenção de importante base mobilizada e ativa. Verificamos que o governo Bolsonaro pode ser caracterizado como um “novo populismo” ou “neopopulismo” de direita, combinando populismo neoliberal com um viés mais abertamente autoritário.

**Palavras-chave:** *Brasil; Governo Bolsonaro; Populismo; Negacionismo; Neoliberalismo.*

## *BRAZIL IN THE TIMES OF BOLSONARISM: POPULISM AND ILIBERAL DEMOCRACY*

This article examines the extent to which the actions and reactions of the Bolsonaro movement and government approximate the characteristics of populism. To do this, we first identified these events in news articles and videos with speeches and speeches by Jair Bolsonaro. Then, we investigate the characteristics of populism in the movement that brought Bolsonaro to power and in his government. We argue that efficient political communication with ideological foundations allowed the maintenance of an important mobilized and active base. We find that the Bolsonaro government can be characterized as a right-wing “new populism” or “neopopulism”, combining neoliberal populism with a more overtly authoritarian bias.

**Keywords:** *Brazil; Bolsonaro Government; Populism; Denialism; Neoliberalism.*

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política (PPGPol / UFSCar). Docente EBTT no IFSP - Campus Sertãozinho. Membro do Núcleo de Estudos dos Partidos Latino-Americanos - NEPPLA

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política. Coordenadora da Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. Coordenadora do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino Americanos (NEPPLA).

## *BRASIL EN TIEMPOS DEL BOLSONARISMO: POPULISMO Y DEMOCRACIA ANTILIBERAL*

Este artículo examina hasta qué punto las acciones y reacciones del movimiento y gobierno de Bolsonaro se aproximan a las características del populismo. Para hacer esto, primero identificamos estos eventos en artículos de noticias y videos con discursos y discursos de Jair Bolsonaro. Luego, investigamos las características del populismo en el movimiento que lleva al poder a Bolsonaro y en su gobierno. Argumentamos que la comunicación política eficiente con fundamentos ideológicos permitió el mantenimiento de una importante base movilizadora y activa. Encontramos que el gobierno de Bolsonaro puede caracterizarse como un “nuevo populismo” o “neopopulismo” de derecha, que combina el populismo neoliberal con un sesgo más abiertamente autoritario.

**Palabras clave:** *Brasil; Gobierno de Bolsonaro; Populismo; Negacionismo; Neoliberalismo.*

## Introdução

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou significativas mudanças na política partidária brasileira. Por um lado, rompeu o controle eleitoral que o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) mantiveram por seis eleições consecutivas para o cargo presidencial (Braga & Zolnerkevic, 2020) e, por outro, evidenciou o desarranjo do sistema multipartidário parlamentar. Entre 2010 e 2018, o número efetivo de partidos na Câmara dos Deputados aumentou de 11 para 16,46 pelo índice de Laakso e Taagepera, o número de siglas que obtiveram cadeiras passou de 22 para 30, reduzindo o tamanho médio das bancadas dos maiores partidos, o que correspondeu a uma fragmentação partidária de 0,939 pelo Índice de Rae (Nascimento & Beker, 2021).

Uma sequência de eventos está relacionada a esses resultados. Em 2013 iniciaram diversas manifestações populares que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho, marcadamente focadas na negação aos partidos e à elite política. Os protestos começaram em São Paulo contra o aumento na tarifa do transporte pública e se nacionalizaram porque “[...] as expectativas dos trabalhadores, dos pobres e dos jovens aumentaram mais rapidamente que seus rendimentos”, partidos e movimentos sociais “[...] não conseguiram canalizar as manifestações para fins progressistas” e “[...] as frustrações da aliança neoliberal foram assumidas agressivamente pela grande imprensa” (Saad Filho & Moraes, 2018: 210–211). Assim, os protestos inseriram personagens e grupos de extrema-direita na cena política que reforçaram a retórica *antiestablishment* (Nascimento & Beker, 2021).

Em 17 março de 2014, foi instalada a Operação Lava Jato<sup>3</sup> pelo Ministério Público Federal para apurar esquemas de corrupção envolvendo vários políticos do governo e da oposição. De acordo com investigações e delações premiadas, estavam envolvidos em corrupção: membros da administração da empresa petrolífera estatal Petrobras, políticos da maioria dos partidos brasileiros, incluindo presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Senado, além governadores estaduais e destacados empresários brasileiros. Ainda que tenha ocorrido pouco impacto nas

---

<sup>3</sup> Conjunto de investigações que apurou um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propinas, iniciada em Curitiba (capital do Paraná) e com desdobramentos em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A operação contou com 70 operações em Curitiba autorizadas, entre outros, pelo então juiz Sérgio Moro, e cerca 50 operações nas outras cidades. Foram cumpridos mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisões temporárias e preventivas e de condução coercitiva e mais de 200 condenações. O nome advém do uso de um posto de combustíveis para movimentar valores de origem ilícita, identificado na primeira fase da operação quando o doleiro Alberto Youssef foi preso. A operação foi encerrada em fevereiro de 2021 (Nascimento & Beker, 2021). Há estudos que relacionam o avanço da operação ao giro iliberal no país (Silva, 2020) e uma série de análises dos impactos sobre a economia, o Judiciário, as atividades do Congresso e sobre a mídia e opinião pública (Kerche & Feres Júnior, 2018). Além disso, conteúdos vazados e divulgados na imprensa e em livro, conhecidos como “Vaza-Jato”, indicam uma série de violações cometidas por membros da força-tarefa (Duarte & The Intercept, 2020).

atividades legislativas no Congresso Nacional e nas “condições de funcionamento do Legislativo”, a forte presença nos meios de comunicação criou um clima político que ativou sentimentos contrários à classe política nacional e, junto à crise política e econômica, favoreceu o *impeachment* de Dilma Rousseff e afetou o sistema partidário brasileiro (Braga et al, 2018: 194).

Dois anos depois, ocorreu o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), com o apoio do vice-presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), da maioria da representação parlamentar no Congresso Nacional, da classe média e de boa parte do empresariado nacional<sup>4</sup>. Ao assumir a presidência da República ainda em 2016, Temer reintroduziu os militares no Executivo, recriando o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que passou às mãos do general Sérgio Etchegoyen. Temer foi o primeiro presidente após a redemocratização a nomear um militar para chefiar o Ministério da Defesa – o general Joaquim Silva e Luna. Além desses, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz foi Secretário Nacional de Segurança Pública, o general Fraklimberg Ribeiro Freitas chefiou a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e o general Walter Braga Netto comandou a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro em 2018. No entanto, cumpre lembrar que parte da corporação já estava atuando na política institucional, elegendo representantes nos legislativos, municipais, estaduais e no Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados brasileira, organizaram a Frente Parlamentar de Segurança Pública (a chamada bancada da bala). Jair Bolsonaro, inclusive, é um desses representantes. Por isso, enquanto deputado concentrou a maioria de suas propostas em benefícios para servidores militares e na área de segurança pública. Dos 171 projetos de leis apresentados, somente dois foram aprovados e tornaram-se leis (uma foi revogada posteriormente pelo Supremo Tribunal Federal – STF). Sua trajetória como parlamentar, foi marcada pela retórica *antiestablishment* e por manifestações que expressam o saudosismo pelo período da ditadura militar, ocorrida no Brasil entre 1964 e 1985 (Estadão Conteúdo, 2017; Franco & Odila, 2018).

Foi nesse contexto que o ex-tenente e deputado federal Jair Bolsonaro ascendeu à presidência da República pelo pequeno Partido Social Liberal (PSL). Durante sua campanha eleitoral, como veremos adiante, sua retórica de comunicação política foi estrategicamente orquestrada com elementos populistas, fascistas, autoritários e morais. Ações e atitudes durante esses quase três anos de mandato expressaram esses valores e visão de mundo, levando estudos sobre a política brasileira a certa controversa sobre como definir conceitualmente o movimento e o governo bolsonarista. Neste artigo, nosso objetivo é responder a seguinte questão: é possível identificar as principais características do populismo, elencadas por Finchelstein

---

<sup>4</sup> Na ocasião, o então deputado Jair Bolsonaro, após votar favorável à deposição de Dilma Rousseff, homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido pela Justiça Brasileira como torturador durante a ditadura militar.

(2019), no governo de Jair Bolsonaro? A identificação do bolsonarismo<sup>5</sup>, enquanto movimento, como expressão do populismo já encontra amparo em publicações acadêmicas (Maitino, 2020; Pinto Neto & Cipriani, 2021) e para analisar o governo, além do foco em Finchelstein (2019), resgatamos formulações de Eatwell e Goodwin (2020).

Nosso argumento é o de que Bolsonaro consegue manter importante base de apoio mobilizada e ativa devido à capacidade de se comunicar de modo eficiente com sua base em termos ideológicos, independente das causas reais dos problemas que afetam a situação do país. Por isso, ainda que os conflitos entre os poderes possam ter origem na incapacidade de montar uma coalização segura para a governabilidade e ainda que o agravamento da pandemia decorra, em boa parte, da inépcia de setores-chave do governo, Bolsonaro e sua equipe de coordenação conseguem alimentar a retórica de conspiração contra um governo que enfrentaria vícios do sistema e consegue cumprir aquelas características centrais do populismo apontadas acima combinadas com o neoliberalismo. Conforme é possível verificar, a resiliência e a proatividade de sua base se explicam pelo caráter não transacional desses eleitores, que não se orientam exclusivamente em custos e benefícios, mas no desejo de trazer de volta à agenda um conjunto de valores e pela busca por retomar sua voz no debate político (Eatwell & Goodwin, 2020).

Em termos metodológicos, utilizamos a análise de discurso (Fairclough, 2001; Pêcheux, 1990; Pinto, 2006) em declarações e entrevistas de Bolsonaro e atores diretamente vinculados ao governo.<sup>6</sup> Marcadamente, movimento e governo são fases complementares do fenômeno político e, para fins analíticos, focalizamos a conversão do movimento em governo e examinamos elementos que expressam a atuação e a forma de comunicação do governo com sua base de apoio.

O artigo está organizado em duas seções. A primeira trata das considerações teórico-metodológicas que sustentam a análise. A segunda está subdividida em cinco tópicos correspondentes às características que estruturam nossa análise empírica. Cada tópico é construído a partir de manifestações de Bolsonaro e atores políticos relevantes vinculados ao governo. Encerramos o texto com as conclusões.

---

<sup>5</sup> Bolsonarismo é um movimento de base neopentecostal e militarista que remete à noção de populismo autoritário. Transcende a figura de Bolsonaro e preconiza uma nova maneira de integrar as classes populares por intermédio do trabalho, negando a legitimidade dos conflitos de classe e criando uma lógica de oposição entre as pessoas/cidadãos de bem e as potenciais ameaças ao “Brasil Unificado” (Pinto Neto & Cipriani, 2020).

<sup>6</sup> Essa distinção entre movimento de oposição e regime/governo encontra base em Finchelstein (2019).

## 1. Considerações teórico-metodológicas

O debate sobre o populismo na América Latina possui mais de meio século. Um dos pioneiros, Di Tella (1973), identifica que o populismo se orienta por setores de classes não trabalhadoras – como elites políticas – que conduzem o partido para defender propostas contrárias ao status quo; se fundamenta no apoio popular de uma massa mobilizada, cuja comunicação com o líder é facilitada por uma ideologia ou estado emocional baseado no entusiasmo; e não pode ser explicado apenas pelo baixo nível educacional de países não desenvolvidos. Ianni (1973: 85) identificou o populismo latino-americano como uma etapa da evolução das contradições entre sociedade nacional e economia dependente, resultante das crises do capitalismo mundial e das crises das oligarquias latino-americanas. Para Weffort (2003), o populismo expressava a crise do liberalismo e da oligarquia brasileira em que as classes populares participariam através de movimentos sociais de composição heterogênea, submetidos à liderança personalista e organizados sob partidos com estrutura autoritária que pressiona pela participação no Estado sem propor a superação do sistema capitalista.

No Brasil, populismo é um conceito com elevado “[...] compartilhamento, plasticidade e solidificação” e emprego recorrente dentro e fora da academia, marcando a cultura política nacional (Gomes, 2001: 20). Em linhas gerais, refere-se a uma “política de massas” vinculada à “proletarização dos trabalhadores” não organizados politicamente como classe e combina “[...] certa conformação da classe dirigente [...] sem condições de dirigir com segurança o Estado” e um “líder populista” carismático que consegue “[...] mobilizar as massas e empolgar o poder” (Gomes, 2001: 24–25).

Laclau (2005; 2013) não refuta as definições anteriores, mas apresenta uma perspectiva na qual o populismo é uma lógica baseada em nós, o “povo”, contra eles, o “outro”. Nessa lógica, demandas são “[...] formuladas para o sistema por alguém que foi excluído dele” e “[...] pressupõe algum tipo de exclusão ou privação” (Laclau, 2013: 191). Na mesma linha, Mouffe (2020) informa uma ruptura no consenso centrípeto vigente até a Crise de 2008, fomentando a crítica à hegemonia neoliberal e fortalecendo movimentos antissistema de esquerda e direita que prometeram devolver a voz ao povo. O populismo, portanto, é uma lógica política que faz parte da democracia e a esquerda deveria reconhecer que muitas demandas dos movimentos populistas são democráticas e fomentar a vontade coletiva (“populismo de esquerda”) (Mouffe, 2020).

Em sentido diverso, Rummens (2017) defende que o populismo e a democracia liberal reclamam a soberania popular. No entanto, cada um define o povo, o *demos*, de modo distinto: os populistas defendem a ideia de que “povo” é uma comunidade homogênea com identidade coletiva, enquanto “povo” na democracia liberal é uma pluralidade irreduzível de cidadãos livres e iguais. Como partem de premissas antagônicas e irreconciliáveis, o populismo pode ser um sintoma da

crise da democracia liberal, mas não seria capaz de corrigi-la porque a ameaça ao não reconhecer a natureza intersubjetiva da democracia, culminando na defesa da singularidade da vontade do povo que pode ser capturada pelo partido ou pelo líder populista. Os eleitores percebem as limitações das instituições políticas tradicionais face ao crescimento das instituições supranacionais neoliberais e dos acordos comerciais. Ou seja, também a tecnocracia ameaça à democracia liberal ao fazer desaparecer o lugar do poder por retirar dos cidadãos os meios eleitorais efetivos para se fazer representados. A alternativa seria uma estratégia concêntrica de contenção: as forças democráticas teriam relativa liberdade para atuar na esfera informal e as restrições seriam continuamente ampliadas conforme elas se aproximassem do centro do poder (Rummens, 2017).

A ascensão de Bolsonaro seria um bom exemplo da imagem da captura do árbitro e da retirada do melhor jogador adversário (Levitsky & Ziblatt, 2018). Luís Inácio “Lula” da Silva foi retirado da corrida eleitoral de 2018 por decisões polêmicas do então juiz Sérgio Moro. Lula liderava as pesquisas de intenção de votos e, além das decisões em primeira instância de Moro, que mais tarde foram anuladas pelo STF, o intervalo entre a primeira instância e o julgamento em segunda instância pela 8.º turma do Tribunal Regional Federal da 4.º Região – TRF4 foi o mais rápido da Operação Lava Jato. Moro, ainda em 2018, foi convidado para ser Ministro da Justiça de Bolsonaro e largou a magistratura. Ainda no período eleitoral, a estratégia de desacreditar o sistema político foi levada a cabo: Bolsonaro questionou as urnas eletrônicas e afirmou, sem provas, que deveria ter sido eleito no primeiro turno e estigmatizou o opositor, Fernando Haddad (PT), que concorreu no lugar de Lula.

Além disso, Levitsky e Ziblatt identificam que esses políticos com retórica *antiestablishment*, com apelos nacionalistas e autoritários, ao ganhar popularidade atraem políticos tradicionais que buscam de aproveitar a onda de popularidade: não atoa, além de apoio de importantes lideranças filiadas a partidos tradicionais, como Democratas – DEM e MDB, candidatos a governador de partidos tradicionais colaram sua imagem a Bolsonaro. Por exemplo, o “BolsoDória” em que João Dória (PSDB) candidato ao governo estadual de São Paulo foi associado a Bolsonaro no segundo turno. Tais acontecimentos demonstram que os partidos, entendidos por Levitsky e Ziblatt como guardiões do sistema democrático, falharam: se por um lado, Bolsonaro concorreu por um partido menor, o PSL, com poucos recursos tradicionais de campanha; por outro, políticos desses partidos tradicionais conferiram legitimidade à campanha de Bolsonaro pela aproximação e pelo considerável processo de estigmatização e deslegitimação do PT – sobretudo a partir dos protestos de 2013 (Carazzai & Tavares, 2017; Levitsky & Ziblatt, 2018; Miranda, 2021; Tavares, 2021).

Do ponto de vista do vínculo ideológico, ainda não há consenso sobre como classificar o governo Bolsonaro. Uma das possibilidades é pelo conceito de populismo autoritário de direita, de Norris e Inglehart (2019). Os autores identificaram que o avanço do populismo liberal, pautado pelo liberalismo social e pautas progressistas, entre os mais jovens e instruídos, provocou uma reação dos setores mais conservadores,

agravados pela insatisfação com o aumento dos fluxos imigratórios, culminando no fortalecimento do populismo autoritário. Para eles, o populismo é um estilo retórico, compatível com líderes autoritários, cujas estratégias discursivas buscam deslegitimar intelectuais, priorizam a segurança coletiva à mudança social, defende a preservação da tradição e do modo de vida e a obediência aos líderes do grupo. Normalmente, adotam políticas públicas contrárias à ciência, baseadas em “nós” contra “eles” visando deslegitimar as instituições políticas da democracia liberal.

Há populistas de direita e de esquerda e Bolsonaro se aproxima do populismo autoritário de direita, que revelou Nigel Farage durante a campanha do Brexit e que elegeu Donald Trump, nos Estados Unidos, e Viktor Orbán, na Hungria. No entanto, o sucesso eleitoral de populistas autoritários está vinculada à tendência de maior participação eleitoral da geração do Entreguerras do que da geração dos *millennials*. Assim, não se trata de um avanço conservador ou um influxo de valores mais progressistas porque, graças à mudança intergeracional de valores, a educação universitária, o crescimento da igualdade de gênero e a urbanização, está em curso uma “revolução silenciosa” que move as sociedades ocidentais para se tornarem “socialmente mais liberais em décadas sucessivas” (Norris & Inglehart, 2019: 122, tradução nossa).

Outra chave é o conceito de nacional-populismo, de Eatwell e Goodwin (2020), que designa um movimento que prioriza a cultura e os interesses da nação com a promessa de dar voz às pessoas que se sentem negligenciadas e desprezadas pelas elites políticas. Por essa perspectiva, apesar de desafiar o *mainstream* do sistema político, o movimento apresenta demandas legítimas e não se configura um movimento necessariamente antidemocrático porque apenas a minoria dos adeptos expressa racismo, xenofobia e o desejo de destruir as instituições políticas da democracia representativa. A origem do movimento está associada a quatro mudanças sociais: (1) desconfiança em relação aos políticos e às instituições; (2) medo da destruição de sua comunidade, identidade histórica e modo tradicional de vida; (3) a privação relativa (a sensação de estar ficando para trás na economia globalizada); e (4) o desalinhamento dos partidos tradicionais.

Portanto, diferente de Norris e Inglehart (2019), não creem em movimento passageiro, que será desmobilizado com o crescimento econômico e com a substituição de pessoas mais idosas pelos *millennials* – apesar de concordarem que pessoas com Ensino Superior tendem a ser mais liberais em questões sociais. É um movimento de décadas que se enraizou no tecido das sociedades, composto por eleitores que não são transacionais e buscam resgatar uma série de valores. Por isso, os partidos do *mainstream* cada vez mais se assemelham ao nacional-populismo em busca de eleitores, o que pode fazer com que “populistas leves” (políticos e partidos do *mainstream* incorporam pautas) vençam algumas eleições, em vez dos populistas típicos. Em sua edição brasileira, os autores lembram que Jair Bolsonaro é associado a esse movimento, mas alertam que a base bolsonarista é diferente e não pode ser



reduzida apenas ao desejo de uma liderança autoritária ou governo militar (Eatwell & Goodwin, 2020).

Finchelstein (2019) concorda que o cerne do populismo seja essa crença em um povo único que substitui a representação pela transferência de autoridade para o líder. Mas, diferente de Rummens (2017), não identifica no populismo o potencial para destruir sozinho a democracia e argumenta que instituições fortes historicamente evitaram o avanço populista, que tende a prosperar em democracias emergentes e muito desiguais. Portanto, tratar o populismo como negativo *a priori* é uma forma de não debater que o aumento da desigualdade reduz a legitimidade da representação democrática, o que serviria a um modo interesseiro de associar democracia ao neoliberalismo. Mas, o neoliberalismo e o populismo compõem um processo de “desfiguração da democracia”. Inclusive, a partir dos anos 1980, a associação entre nacionalismo e neoliberalismo abriu caminho para que o populismo não só se apresentasse como alternativa, mas, por vezes, se fundisse ao neoliberalismo. Este seria o populismo neoliberal, que é menos enfático nas questões raciais e incorpora um nacionalismo renovado que não é tão radical nos assuntos econômicos. Apesar dessa fusão provocar a aparência de novidade, as raízes autoritárias advêm do período Entreguerras em que o populismo moderno se construiu a partir da incorporação de características do fascismo (Finchelstein, 2019: 50).

Finchelstein (2019) identifica que, apesar de serem conceitual e contextualmente distintos, o populismo apresenta incorpora as seguintes características do fascismo: recusa a verdade empírica, tratando o que incomoda como mentira ou conspiração da mídia e/ou de opositores; estetiza a política, provocando a redução das categorias de análise política a imagens; na oposição, age como movimento de protesto e mostram os limites das elites políticas; no governo, confunde votos das maiorias eleitorais com delegação do poder total ao líder; se apresentam como antipolítica, prosperando em situações de crise reais ou imaginadas. Além desses aspectos, o populismo deve ser, para Finchelstein (2019), definido com base em dezesseis características (Finchelstein, 2019: 135-136). Para este artigo consideramos as heranças do fascismo aproveitadas pelo populismo e agrupamos nelas as características gerais do populismo, conforme o quadro 1.

Quadro 1:  
Características do populismo, com base em Finchelstein (2019)

	Heranças do fascismo no populismo e tópicos de análise no artigo	As dezesseis características do populismo
Como foram agrupadas as dezesseis características do populismo nos tópicos do artigo definidos a partir das cinco heranças do fascismo	Recusa da verdade empírica	-
	Antagonistas são inimigos do povo	“5) A percepção dos antagonistas políticos como o antipovo”;
		“9) Identificação do movimento e dos líderes com o povo como um todo”;
		“13) Uma ideia homogeneizadora como uma entidade única que, quando o populismo se torna regime, é depois equiparada às suas maiorias eleitorais”;
		“14) Um profundo antagonismo e até aversão ao jornalismo independente”;
	Estetização da política	“2) Uma forma extrema de religião política”;
		“3) Uma visão apocalíptica da política que apresenta os sucessos eleitorais e as transformações que esses sucessos transitórios permitem como momentos revolucionários da fundação ou refundação da sociedade”;
		“4) Uma teologia política fundada por um líder messiânico e carismático”;
		“8) Uma ideia do líder como personificação do povo”;
		“12) Autoapresentação da sua defesa da verdadeira democracia e oposição a formas imaginárias ou reais de ditadura e tirania”;
	Confusão de maioria eleitoral com delegação total ao presidente e forma autoritária de democracia, rejeitando a ditadura	“1) Uma ligação a uma democracia antiliberal, eleitoral e autoritária que rejeita, na prática, a ditadura”;
		“6) Um fraco entendimento do Estado de Direito e da separação dos poderes”;
		“10) A afirmação da antipolítica, que na prática significa superar a política dos costumes”;
		“11) O ato de falar em nome do povo contra as elites dirigentes”;
		“15) Uma aversão ao pluralismo e à tolerância política”;
	Nacionalismo extremo com valorização da cultura popular ou cultura de celebridade	“7) Um nacionalismo radical”;
“16) A insistência na cultura popular e até, muitos casos, no mundo do entretenimento como representação das tradições nacionais”;		

Fonte: Elaborado com base em Finchelstein (2019) e organizado conforme desenho do artigo.

Em entrevista para o Jornal *El País*, publicada em 29 de junho de 2019, Federico Finchelstein identificou Bolsonaro como “um novo populismo que combina o neoliberalismo com o ranço fascista” marcado pelo “racismo, violência política [...] e elogios à ditadura”. Ou seja, se não há fascismo sem ditadura e nem populismo sem eleições, essa combinação complexa faz de Bolsonaro “um dos populistas mais próximos ao fascismo” (Pita, 2019). Portanto, apesar de comprometido com uma agenda neoliberal, Bolsonaro é diferente dos populistas neoliberais típicos, como Carlos Menem (Argentina), Fernando Collor (Brasil), Abdalá Bucarám (Equador), Alberto Fujimori (Perú) e Silvio Berlusconi (Itália) devido a uma retórica mais carregada de elementos violentos e discriminatórios. Trata-se, portanto, de um neopopulismo de direita de corte neoliberal e que pouco dissimula as heranças fascistas. Por isso, nosso modelo analítico selecionou como elementos estruturantes as reminiscências fascistas no populismo para definir os tópicos de análise, como exposto no quadro 1 (Finchelstein, 2019: 50 e 134)<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> O neopopulismo de corte neoliberal não deixa de ser um movimento de massa e demanda acenos aos trabalhadores cuja condição de classe não se traduziu em organizações políticas de classe. Na campanha, Bolsonaro explorou a retórica de que o Estado seria usado para sustentar privilégios. O aceno aos que se sentiam “deixados para trás” prometia “retirar o peso do Estado das costas de quem produz”, desburocratizar e fomentar o empreendedorismo. Nesta linha, as críticas às medidas de isolamento social acusavam o uso do Estado para tolher a liberdade de produzir. Além da retórica, há medidas econômicas nesse sentido. Sem prejuízo dos compromissos neoliberais, o governo Bolsonaro instituiu o Auxílio Emergencial para socorrer pessoas cuja renda foi afetada pela pandemia. A despeito da demora do governo para a definição do auxílio e de o primeiro valor de R\$ 600 ter sido em virtude de um aumento definido pelo Congresso, o governo capitalizou apoio entre segmentos sociais de menor renda, segundo a pesquisa do Datafolha de março de 2021. Com o agravamento da pandemia no ano de 2021, o avanço da inflação e a redução no auxílio, a popularidade de Bolsonaro caiu. Em reação, o governo anunciou a prorrogação do Auxílio Emergencial e a substituição do Programa Bolsa Família pelo Programa Auxílio Brasil (Medida Provisória 1.061/2021) em novembro de 2021. O novo programa pagará um benefício 20% maior que o Bolsa Família com um valor mínimo de R\$ 400 para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Além de substituir o Bolsa Família, incorpora outros programas com fundamentos muito distintos: como o Auxílio Esporte Escolar, Bolsa Iniciação Científica Júnior, o Auxílio Criança Cidadã e o –recém-criado pelo Congresso – Auxílio Gás Social. A previsão é atender cerca de 17 milhões de famílias enquanto o anterior atendia 14,7 milhões. Apesar do aumento, o número de famílias atendidas não corresponde nem a metade das 40 milhões de famílias cobertas pelo Auxílio Emergencial. Além disso, a forma de pagar o auxílio sem mexer no Teto de Gastos –que garante parte do orçamento ao setor financeiro detentor de títulos da dívida pública– é a proposição de Proposta de Emenda Constitucional que dá ao governo a possibilidade de parcelar e arrolar os precatórios (Precatórios são dívidas da Fazenda Pública com decisão judicial definitiva com pessoas físicas e empresas). Antes do Auxílio Emergencial, em abril de 2020, as medidas para redução dos impactos da pandemia foram direcionadas às empresas (suspensão do pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, redução das contribuições devidas pelo Sistema S –grupo de organizações empresariais da Indústria, do Transporte, do Comércio e outros–, a suspensão de pagamentos de financiamento diretos e indiretos de empresas); o Banco Central, ainda em março de 2020, liberou R\$ 1,2 trilhão para o setor bancário e previa que a medida liberasse até R\$ 91 bilhões para o mercado (Brasil, 2021; Felix, 2021; Governo do Brasil, 2020; Ministério da Economia, 2020; Schmitt, 2021).

Esta análise de discurso foi realizada em duas etapas. Primeiro, verificamos se as características acima estavam presentes no governo Bolsonaro como forma de comunicação e mobilização da sua base de apoio. Em seguida, contextualizamos como tais características se realizam no movimento que leva Bolsonaro ao poder e, principalmente, durante o governo, tendo como *locus* principal (e não único) a atuação no combate à pandemia. Para tal empreendimento, utilizamos matérias jornalísticas que descrevam ações do referido governo e, principalmente, vídeos que contenham discursos e pronunciamentos de Bolsonaro.

Verificamos se as ações e comunicações do governo se enquadram nos marcos do populismo. Outros autores analisam o bolsonarismo enquanto movimento. Maitino (2020), com base na formulação de populismo de classes dominantes de Ernesto Laclau, para compreender o bolsonarismo e seus elementos de coesão, identifica que o populismo bolsonarista se articula a partir de um embate moral cujas “[...] tensões do campo econômico são apagadas, afinal o trabalhador não se opõe ao empresário, mas aos vagabundos” e tanto os trabalhadores como “[...] pequenos e grandes empresários são explorados por um Estado corrupto” (Maitino, 2020: 16). Deste modo, a categoria “cidadãos de bem” se opõe à esquerda, ao comunismo e “velha política”, que ameaçam valores, promovem divisões entre povo, concebido como homogêneo, e agem contrariamente ao Brasil. Além disso, buscou “[...] compreender a construção ideológica do movimento que levou Jair Bolsonaro à presidência” (Maitino, 2020: 2). Pinto Neto e Cipriani (2021) buscaram comparar a ascensão do bolsonarismo com a ascensão do populismo autoritário que impulsionou o thatcherismo a partir do final dos anos 1970, baseando-se em Stuart Hall e conferindo “a centralidade do punitivismo para a compreensão do fenômeno [...] com a utilização de conceitos como de ‘pânico moral’, por exemplo” (Pinto Neto & Cipriani, 2021: 43).

Não estamos negando a existência da verdade. Inclusive, elencamos como fundamental a recusa da verdade empírica. No entanto, para o tratamento do discurso neste artigo é necessário compreendê-lo como uma construção discursiva que busca romper com uma realidade preexistente. O discurso político, portanto, busca conferir um dado sentido à realidade que se encontra constantemente em disputa e está sempre sujeito à desconstrução, como consequência dessa disputa e de não se pautar por uma realidade preexistente (Fairclough, 2001; Pêcheux, 1990; Pinto, 2006).

Em uma sociedade democrática os locais de enunciação dos discursos políticos são cada vez mais numerosos. No entanto, esses discursos “[...] têm locais de enunciação específicos, ou seja, é absolutamente legítimo quando partem de partidos políticos, de assembleias legislativas, do governo” (Pinto, 2006: 91). Neste sentido, Bolsonaro consolidou novas formas e locais para enunciar discursos destinados aos seus apoiadores. Para além dos canais institucionais e oficiais à disposição de um presidente, Bolsonaro utiliza redes sociais com perfil pessoal, *lives* e contato corpo a corpo com seus seguidores. Essa forma de comunicação, apesar de não ser oficial,

o aproxima de seus seguidores e confere dinamismo em sua busca para “[...] impor sua verdade a muitos” (Pinto, 2006: 89). Deste modo, o dinamismo para enunciar de modo mais direto à sua base também oferece mais proteção, dada a inerente fragilidade e provisoriedade do discurso. Ao fazê-lo em ambiente relativamente controlado e pensado para a reprodução viral em redes sociais e grupos de *WhatsApp* e *Telegram*, a desconstrução feita pelos outros ocorre posterior à incorporação do discurso pela base – não se trata mais da reação a um enunciado, mas uma reação a sentidos já compartilhados por uma dada comunidade. Por ser diferente de outros modos sujeitos à edição e a definição do tempo da divulgação pelos veículos de comunicação, o caráter constantemente reativo a esses pronunciamentos reforça a sensação de uma postura oposicionista dos meios de comunicação não alinhados e, portanto, favorece a desqualificação *a priori* desses meios perante os apoiadores.

A construção do *corpus* – amostras de discursos analisados – começaria por ocorrências durante a pandemia. Mas, como o *corpus* deve ser “[...] aberto e com possibilidades de crescimento em resposta a questões que surgem na análise” (Fairclough, 2001: 278), incorporamos declarações e entrevistas a partir das eleições de 2018 para enfatizar a manutenção do padrão discursivo. Foram duas etapas: verificamos se as características elencadas por Finchelstein (2019) estavam presentes no governo Bolsonaro e contextualizamos como tais características se expressam durante o governo, tendo como *locus* principal (e não único) o combate à pandemia. Para isso, utilizamos matérias jornalísticas que descrevem ações do referido governo e, principalmente, vídeos com declarações de Bolsonaro, com destaque àquelas proferidas para sua base em *lives* e redes sociais e a interação diária com seus seguidores no chamado “cercadinho”<sup>8</sup>.

Bolsonaro, apesar de não ser completamente *outsider*<sup>9</sup>, construiu sua campanha apelando à renovação e fazendo críticas às elites políticas, colocando no mesmo nível da corrupção as negociações e coordenações necessárias para a composição

<sup>8</sup> “Cercadinho” é o apelido do local montado na frente do Palácio da Alvorada – a residência oficial do presidente – reservado para Bolsonaro dar declarações e tirar fotos com seus seguidores (Lavieri, 2020).

<sup>9</sup> O termo *outsider* não possui uma definição inequívoca e pode se referir: (1) ao candidato que concorre sem experiência política prévia; (2) a políticos que estão às margens do *establishment* e não pertencentes a partidos competitivos; e (3) a candidatos que ascendem em partidos novos com tendência de se tornarem competitivos. Bolsonaro era um político com quase trinta anos de carreira política (1) e, apesar de construir sua imagem comunicando sua rejeição ao *mainstream* e anunciando uma “nova” política, não esteve às margens do jogo político tradicional nesse período (2). Muitos enfatizam o parlamentar Bolsonaro de pouca relevância antes de sua marcha para a presidência, mas ele esteve majoritariamente em partidos competitivos: entre 2003 e 2016, no atual Progressistas-PP (que concorreu com outros rótulos: Partido Progressista Reformador-PPR, Partido Progressista Brasileiro-PPB e Partido Progressista-PP); entre 2003–2005, no Partido Trabalhista Brasileiro-PTB; em 2005, no Partido da Frente Liberal (atual DEM); e, entre 2016 e 2016, no Partido Social Cristão-PSC, ligado à denominação pentecostal Assembleia de Deus (2). A sua designação como *outsider* pode estar ligada ao fato de vencer as eleições sem os recursos tradicionais de campanha (3), fato que o

de coalizões capazes de conferir governabilidade. Em entrevista concedida para o *Jornal Folha de São Paulo*, em 20 de março de 2019, o cientista político Fernando Limongi apresentou os limites desse discurso: a corrupção não é resultado da oferta de cargos a partidos para formação de coalizão; a corrupção pode decorrer de outras fontes que não àquelas ligadas às negociações com partidos; e a estratégia de fundamentar o governo em bancadas temáticas (ruralista, evangélica e da bala) não daria governabilidade a Bolsonaro posto que os partidos organizam o processo político, as bancadas temáticas não conseguem definir a agenda no Congresso e têm recursos limitados para garantir a disciplina dos membros (Carvalho, 2019).

## 2. Por que se trata de populismo? Dimensões e verificação empírica

### I. Recusa da Verdade Empírica

Desde a identificação dos primeiros casos da Covid-19 no Brasil, o presidente Bolsonaro minimizou a gravidade da pandemia e negou recomendações científicas. Antes, o Brasil ocupava a 22.º posição no Índice Global de Segurança em Saúde de 2019 da Universidade John Hopkins, e se destacava com um 9.º lugar, especificamente, em “[...] respostas rápidas ao alastramento de epidemias e mitigação de suas consequências”. No entanto, segundo Instituto Lowy, da Austrália, o Brasil foi a pior resposta à Covid-19 entre 98 países em 2020. Esse resultado se deve à ausência de articulação federal para acionar o Sistema Único de Saúde – SUS<sup>10</sup> e dispositivos como o Programa Nacional de Imunização, o Programa Saúde da Família e outros, fruto de uma aposta na “[...] imunidade de rebanho<sup>11</sup> [...] em vez de adotar medidas reconhecidas pela ciência para enfrentar a crise” (Agência Senado, 2021).

Nesta linha, em outubro de 2020, Bolsonaro sustentou que “[...] havia muitas pessoas que já tiveram o vírus e nem sabia e já estavam imunizadas” (UOL, 2021d). Em dezembro de 2020, afirmou: “Eu não vou tomar [vacina]. Alguns falam que eu estou dando péssimo exemplo. Ô imbecil, ô idiota –que está dizendo que eu dou péssimo exemplo– eu já tive o vírus, eu já tenho anticorpos” (UOL, 2020c). Após mais

---

levou a agir como *outlier* – uso intensivo das mídias digitais (Frazão, 2018; Câmara dos Deputados, online; Braga et al, 2021).

<sup>10</sup> O SUS do Brasil, conforme artigo 198 da Constituição de 1988, garante o atendimento integral e gratuito a todo cidadão, através de uma rede regionalizada e hierarquizada de serviços, financiada pela sociedade, através de recursos oriundos da União, estados, Distrito Federal e municípios. Suas principais diretrizes são: a descentralização, cabendo a cada esfera de governo o financiamento e a execução; o atendimento integral de todas as ações em saúde a todo cidadão, priorizando atividades preventivas; e a participação da comunidade na gestão (Brasil, 1988).

<sup>11</sup> Também conhecida como imunidade coletiva “[...] define o momento em que a cadeia de transmissão de uma doença dentro de um grupo populacional é interrompida por se ter atingido um grande percentual de indivíduos já imunizados” (Rede D’or São Luiz, online).

de um ano de transmissão comunitária da Covid-19, continuou a defender ideias relacionadas à imunidade coletiva: “Todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina porque você pegou o vírus para valer” (Os Pingos nos Is, 2021).

Desde abril e maio de 2020, a comunidade científica alertava a falta de comprovação científica para a eficácia da cloroquina e da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19, com importantes evidências da falta de segurança do medicamento (Coll, 2020). O que foi confirmado em diversos estudos, inclusive recentes (Axfors et al, 2021). O governo Bolsonaro agiu em sentido contrário: tentou alterar a bula do medicamento, via decreto, para associá-lo ao tratamento da Covid-19.

A queda de dois ministros da Saúde, entre abril e maio de 2020, culminou na efetivação do general Eduardo Pazuello que liberou o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina para os pacientes leves da Covid-19, elevou os gastos para produzir, comprar e distribuir o medicamento; criou uma plataforma chamada TrateCov, que foi ao ar em janeiro de 2021 e foi retirada de funcionamento no mesmo mês, que incentivava a adoção do chamado “tratamento precoce”; também em janeiro de 2021, o ministro Pazuello esteve Manaus, em meio à dramática crise decorrente da Covid-19 e da escassez de cilindros de oxigênio, incentivando o uso do “Kit Covid”<sup>12</sup> (Accioly, 2021; Nascimento, 2021).

Outro exemplo desse negacionismo foi a rejeição de 70 milhões de doses antecipadas da vacina Pfizer (Nascimento, 2021). As justificativas mobilizadas para se comunicar com a base de apoio passam pela evocação de uma desconfiança em relação à eficácia e a segurança da vacina, apesar da compra da vacina ter sido negada em agosto, quando o imunizante estava na fase final dos testes. Segundo Bolsonaro, a empresa farmacêutica se recusava a se responsabilizar por eventuais efeitos colaterais e, no programa *Governo Agora*, da TV Brasil em 17 dezembro de 2020, afirmou:

“Se você virar um jacaré, é problema de você, pô! Eu não vou falar outro bicho para não pensar... para não falar besteira aqui. Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso. Ou o que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas. Como é que você pode obrigar alguém a tomar uma vacina que não se completou a terceira fase, [que] tá na experimental?” (UOL, 2020c).<sup>13</sup>

<sup>12</sup> O kit covid é um coquetel que inclui cloroquina ou hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina. Dependendo do local, outros medicamentos podem ser incluídos. O termo tratamento precoce é a utilização desse kit para cura em casos leves ou como prevenção, conforme algumas versões. Não há evidências científicas que sustentem o kit e o tratamento precoce, além da possibilidade desses medicamentos causarem danos (Faculdade de Medicina da UFMG, 2021).

<sup>13</sup> Os estudos da fase 03 da Pfizer tinham sido concluídos em 18 de novembro de 2020 nos Estados Unidos. Os resultados haviam sido publicados na *New England Journal of Medicine* uma semana antes

Figuras de linguagem a parte, a fala se coaduna com a retórica dos movimentos antivacina ao estimular a crença infundada na presença de “ingredientes perigosos” (Madeiro, 2020). A negação da verdade empírica pode ser vista nessa fala, proferida em junho de 2021:

“Quem aqui tomou hidroxicloroquina levanta o braço, por favor [barulhos dos espectadores]. Querem prova maior do que isso? Eu tomei hidroxicloroquina, outros tomaram ivermectina, outros –em estado mais grav – estão tomando –alguns poucos porque é difícil encontrar no Brasil– a proxalutamida. Estive [...] visitando os tukanos e os ianomâmis na região de São Gabriel da Cachoeira e perguntei, em dois momentos, se os índios haviam sido acometidos de Covid e quase todo mundo sim. E nas duas etnias eu perguntei quantos morreram. Responderam: “nenhum”. Tomaram o quê? Citaram três nomes de chá de casca de árvore. “Ah! Não tem comprovação científica.” E eu pergunto: a vacina tem comprovação científica ou está em estado experimental ainda? Está experimental!” (UOL, 2021e).

O avanço das investigações realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Pandemia (ou da Covid) chamam a atenção para outro elemento estratégico: o negacionismo usado como retórica para justificar decisões controversas do governo e manter mobilizada sua base de apoio, como as irregularidades na compra da vacina Covaxin<sup>14</sup> em detrimento da vacina da Pfizer e a CoronaVac. Além disso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa rejeitou o pedido de importação da Covaxin por falta de dados científicos, em março, e indicava uma eficácia geral menor que a vacina da Pfizer; mesmo a autorização para a compra ocorreu com restrições a quem poderia receber as doses (Prado, 2021; Sassine, 2021).

Novamente, poder-se-ia buscar um nexos causal: negar a compra da vacina Pfizer, bem como desqualificar a CoronaVac, é uma estratégia com finalidade mais prática que ideológica ao favorecer a compra da Covaxin. Ou a promoção de medicamento sem comprovação como meio de disseminar uma falsa imagem de segurança para que as pessoas voltassem às atividades econômicas.

Ora, mesmo que existam esses nexos causais, justificar as ações negando a verdade empírica remete a um estilo retórico que tende a resultar em políticas públicas contrárias à ciência. Esse estilo reflete e legitima a posição de grupos cujas ideias dependem da desqualificação de intelectuais, da ciência e da elite política e a efetividade dessa retórica em situações de crise historicamente está relacionada à ascensão dos movimentos populistas (Eatwell & Goodwin, 2020; Finchelstein, 2019; Norris & Inglehart, 2019).

---

e foram protocolados na Anvisa no dia anterior ao pronunciamento (G1, 2020b; Marques, 2020).

<sup>14</sup> Sobre as irregularidades e suspeitas, ver Sassine (2021).



## II. Antagonistas são inimigos do povo

Em setembro de 2018, o então candidato Bolsonaro, em um comício em Rio Branco, capital do estado do Acre –região Norte do Brasil–, pega um tripé de câmera de vídeo, simula movimentos de tiros de fuzil e diz:

“Vamos fuzilar a petralhada<sup>15</sup> aqui do Acre. Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela, galera. Vão ter que comer capim mesmo” (Poder360, 2018).

Em outubro de 2018, após a vitória no primeiro e há uma semana do segundo turno, Bolsonaro reitera: “[...] a faxina agora será muito mais ampla. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria [...] ‘Petralhada, vai tudo vocês para a Ponta da Praia’”<sup>16</sup> (Jornalistas Livres, 2018).

O conteúdo revela a estigmatização de opositores pelo líder do movimento. A mesma expressão voltou a ser usada no exercício do mandato. Em 2019, disse: “[...] tenho ascendência, porque os diretores, o presidente tem mandato, porque se não tivessem, eu cortava a cabeça mesmo. Quem quer atrapalhar o progresso vai atrapalhar na ponta da praia, aqui não”. A frase foi proferida em relação a servidores federais de órgãos de fiscalização ambiental por, supostamente, gerarem dificuldades para obtenção de licenças ambientais para construção de uma loja da Havan, propriedade de Luciano Hang, apoiador do presidente (Matsui, 2019). Em novembro de 2020, ao criticar o debate sobre gênero nas escolas, mandou à “ponta da praia” quem defendesse o contrário (Brito, 2020).

É comum a ponderação de que tais expressões sejam apenas “da boca para fora”, sem uma conseqüente ação violenta do governo. É justamente isso que distingue a violência dos regimes populistas em relação aos modelos típicos do fascismo do Entre guerras. Ou seja, no populismo, os antagonistas são tratados como inimigos do povo, como traidores ou potenciais traidores da nação, sem serem violentamente reprimidos (Finchelstein, 2019). Além disso, não é absurdo questionar as conseqüências de tais discursos: ainda que não tenha sido comprovada a utilização explícita dos aparelhos repressivos do Estado, quais os impactos desse tipo de discurso na interação dos cidadãos na comunidade política?

No mínimo, é possível identificar a reprodução desse discurso. Em desfile pelo aniversário de Bolsonaro, um apoiador disse:

<sup>15</sup> Petralhada é um termo pejorativo utilizado para designar membros do PT e seus eleitores.

<sup>16</sup> A “[...] ‘ponta da praia’ era uma gíria usada por militares para o destino de presos políticos que seriam mortos sob tortura na base militar da Marinha na Restinga de Marambaia [...] no Rio de Janeiro” (Kozicki & Chueiri, 2019: 171).

“Vocês [da esquerda] querem derrubar o nosso presidente? Deixa eu falar um negocinho para vocês, é rápido. Olha [mostra os outros apoiadores]. Ele não está sozinho não, tá? Só para lembrar [mostra novamente o grupo]. Junta o que vocês tiver de melhor e tenta” (sic) (UOL, 2021c).

Dessa fala, é importante identificar a lógica “nós contra eles”. Para o apoiador, o presidente é deles (“nosso presidente”), os verdadeiros membros do povo, e a esquerda é o inimigo, o agente que conturba e ameaça esses “verdadeiros membros do povo” ao supostamente querer “derrubar” o presidente, que personifica a voz e os desejos desse “povo verdadeiro” (Finchelstein, 2019).

Outro exemplo dessa lógica do “nós contra eles” é a retórica de que a CPI da Pandemia seja uma conspiração dos inimigos contra o líder e, conseqüentemente, o povo. Em junho de 2021, Bolsonaro diz:

“Satisfação de ter ao nosso lado pessoas comprometidas realmente com o futuro de sua pátria. Não conseguem nos atingir! Não vai ser com mentiras ou com CPI [pausa] integrada por sete bandidos que vão nos tirar daqui. Temos uma missão pela frente: conduzir o destino de nossa nação e zelar pelo bem-estar e pelo progresso do nosso povo” (Record News, 2021).

A passagem é ilustrativa. Apesar de investigar e revelar irregularidades do governo federal, como o caso da Covaxin, a CPI é colocada ao lado da mentira como meio para atingir o governo. Os membros da CPI são, aprioristicamente, tratados como bandidos – falácia argumentum ad hominem. As pessoas que apoiam o governo (“nosso lado”) são tratadas como “comprometidas” com o futuro da pátria e a missão auto atribuída ao governo e seu líder é “conduzir o destino” da nação.

Cumprе salientar a valorização de sites, blogueiros, *youtubers* e *influencers* alinhados ao governo em oposição à constante intimidação ao jornalismo, à mídia tradicional, aos colunistas e articulistas e aos jornalistas não-alinhados. Os xingamentos, a elevação do tom e os termos usados pelo presidente são exemplos. Ao menos dois eventos destes merecem ser destacados: “mídia porca”, “patifaria da *Folha de São Paulo*” e “cala boca” foram termos dirigidos aos repórteres em reação ao questionamento sobre os interesses nas trocas no comando da Polícia Federal, em maio de 2020; e, em junho de 2021, mais um “cala a boca”, agora, contra a jornalista Daniela Lima e alegação de ser um alvo da imprensa, sobretudo da *Rede Globo*, a qual se referiu como “canalha” e “inimiga da família brasileira” (Jornal da Gazeta, 2020; FENAJ, 2021).

As intimidações não ficam no âmbito discursivo. Em 24 de fevereiro de 2021, o jornalista João Renato Jácome trabalhou como repórter *freelancer* para *O Estado de São Paulo*. Na ocasião, questionou Bolsonaro sobre uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça – STJ que derrubava a quebra de sigilo bancário do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, investigado pela apropriação de parte de salários de servidores comissionados que atuaram no seu gabinete, quando deputado

estadual no Rio de Janeiro. Em reação, o presidente encerrou a entrevista. Jácome, de folga do cargo de chefe de gabinete na Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Rio Branco, teve sua exoneração publicada no Diário Oficial do Estado do Acre dois dias depois. Rio Branco foi a cidade do discurso sobre o “fuzilamento da petralhada” e Tião Bocalom, do Progressistas (PP), foi o único prefeito de capital eleito em 2020 que recebeu apoio explícito do presidente (Pessoa, 2020; Poder360, 2021).

O governo chegou a elaborar uma lista de jornalistas e influenciadores críticos, sugerindo uma espécie de monitoramento. Como consequência dessas práticas, a Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, com apoio de outras entidades de classe, publicou diversas notas sobre as intimidações. Só em 2021 foram: em janeiro, devido à ação da Procuradoria-Geral da República – PGR contra o jornalista Guilherme Amado que denunciou uma possível ação da Agência Brasileira de Inteligência para subsidiar a defesa de Flávio Bolsonaro no inquérito mencionado no parágrafo anterior; em junho, em apoio a jornalista Daniela Lima atacada por Jair Bolsonaro, conforme mencionado; em julho, em apoio a jornalista Juliana Dal Piva, atacada pelo advogado da família Bolsonaro, Frederick Wassef, e exposta a ataques de seguidores do presidente; em setembro de 2021, em repúdio aos ataques desferidos por apoiadores do presidente a jornalistas (FENAJ, 2021).

Esses exemplos ilustram o motivo pelo qual Bolsonaro figura entre os 37 chefes de Estado ou Governo considerados “predadores da imprensa” na lista elaborada pela Organização Não-Governamental – ONG Repórter Sem Fronteiras – RSF. Segundo a RSF (2021):

Desde que [Bolsonaro] assumiu o cargo, o trabalho da imprensa brasileira tornou-se extremamente complexo. Sua marca registrada? Insultar, estigmatizar e humilhar jornalistas muito críticos. Para ele, a imprensa “é inútil” e não passa de “*rumores e mentiras constantes*”. Sua retórica belicosa e grosseira é ampliada por seu círculo próximo e por uma base organizada de apoiadores. Desde as eleições em 2018, o presidente, sua família e seu círculo aprimoraram um sistema extremamente bem azeitado de comunicação. Nas redes sociais, exércitos de apoiadores e robôs retransmitem e amplificam os ataques que visam desacreditar a imprensa, apresentada como inimiga do Estado.

O Brasil ocupa atualmente a 111.º posição no Ranking da Liberdade de Imprensa 2021 (RSF, 2021).

### III. Estetização da Política

Finchelstein (2019) se refere à estetização da política como uma das características que o populismo absorveu do fascismo, baseada na redução da política a imagens. O conceito tem origem em Walter Benjamin (2012), segundo o qual o fascismo utilizava mecanismos de reprodução técnica para difundir, em larga escala, imagens a fim de docilizar a classe operária dificultando o desenvolvimento da consciência de classe. Tais imagens objetivavam alcançar o “gozo estético” e conduzir à autoalienação das massas (Benjamin, 2012). Em consonância com essa definição, em 01 de maio de 2020, Bolsonaro falou aos trabalhadores: “Gostaria que todos voltassem a trabalhar. Mas, quem decide isso não sou eu, são os governadores e prefeitos [...] O Brasil é um país maravilhoso e eu tenho certeza [tosse], com Deus acima de tudo, brevemente voltaremos à normalidade” (Jornalismo TV Cultura, 2020).

É importante salientar que a menção aos prefeitos e governadores é uma crítica às medidas de distanciamento social no momento em que a pandemia avançava no Brasil, subsidiando a acusação de cerceamento de direitos por tomarem medidas de contenção à pandemia. Em oposição, cria-se a imagem de que o presidente defende o direito ao trabalho e a liberdade dos trabalhadores. Em discurso realizado em janeiro de 2021 –período de agravamento com a circulação de uma nova variante– Bolsonaro volta a falar sobre o tema:

“A política de fechar tudo e ficar em casa não deu certo. *O povo brasileiro é forte. O povo brasileiro não tem medo do perigo.* Nós sabemos quem é que são os vulneráveis: os mais idosos e os com comorbidade. O resto tem que trabalhar! [...] *Se eu fosse um dos muitos de vocês que fosse obrigado a ficar em casa, ver a esposa com três ou quatro filhos e eu – como chefe do lar – não ter como levar comida para casa, eu me envergonharia.* Assim sendo, o apelo que eu faço a todos do Brasil que reformule essa política e entendam [...] que o isolamento, o *lockdown*, o confinamento nos leva para a miséria” (UOL, 2021b, *grifos nossos*).

A valorização do trabalho, a exaltação de um povo forte e corajoso eram recursos para a oposição às políticas de isolamento social e, assim, uma forma de estetização da política se fez presente: atribuir aos governadores, aos defensores da quarentena e todos aqueles que questionem as decisões presidenciais a responsabilidade pelos problemas econômicos, desviando o foco da morosidade de medidas de auxílio econômico. Isto é, mesmo em situações adversas, a comunicação pautada em elementos ideológicos garantiu uma base fiel ao presidente.

Além disso, a estetização da política também funciona de outro modo:

“Os populistas pensam de maneira diferente. Todos os que se opõem a eles são transformados em uma entidade tirânica. Nesse contexto, a democracia e a ditadura são apenas designações para o eu e o outro. Tornam-se imagens e deixa de ser categorias de análise política [...] Essa valorização da política

como espetáculo acompanha o populismo sempre que passa de um movimento de oposição para um regime” (Finchelstein, 2019: 19).

Na entrevista após a vitória nas eleições em 2018, a fala de Bolsonaro segue exatamente o padrão descrito por Finchelstein (2019):

“Eu estou muito feliz porque eu mostrei que realmente [...] o período militar não foi ditadura como a esquerda sempre pregou. Pode ver, até mesmo a imprensa tratava Fidel Castro como ex-presidente e Figueiredo como ditador. Não tem cabimento isso aí. Quando você fala em ditadura, uma das características da ditadura é uma imprensa única. A própria Rede Globo nasceu em 1965, a Revista Veja em 1968 [...] Por que tinha censura algumas vezes? De acordo com o articulista, a palavra-chave que estava naquela matéria era para executar um assalto a banco ou até mesmo executar uma autoridade em cativeiro. Essa foi a censura [...] Gostaria que não tivesse ocorrido isso. Eu gostaria que nós não tivéssemos corrido o risco de se tornar uma ditadura em 1964. Afinal de contas, você pode ver: o que o Brizola falava em 1963? Que queria uma nova Assembleia Nacional Constituinte. Quem seriam os constituintes? Operários, camponeses e sargentos. Sempre usando-se as massas para atingir o seu objetivo do poder absoluto” (Band Jornalismo, 2018).

Além de negar a produção historiográfica, opõe “o eu e o outro” e seleciona ou dissimula elementos pontuais que corroboram com a tese central de que “o eu” é a expressão da democracia e “o outro” a representação da ditadura. Os seguidores agem de modo similar na interpretação de que o artigo 142 da Constituição de 1988 respaldaria uma intervenção militar. Desde as manifestações de 2013, grupos conservadores passaram a defender essa hipótese; no ápice da crise política durante a presidência de Michel Temer com as denúncias de corrupção envolvendo o presidente, um novo impulso a essa ideia; e, desde 2020, conforme a popularidade de Bolsonaro cai, mais aparecem grupos defendendo uma intervenção militar, dessa vez com Bolsonaro no comando, popularizando os dizeres: “eu autorizo [a intervenção], presidente!” (Ferraz, 2021; Krob & Correa, 2019). O que diz o artigo?

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Brasil, 1988).

As passagens “autoridade suprema do Presidente da República” e “por iniciativa de qualquer destes” são argumentos para a suposição de que a constituição dá respaldo a uma intervenção militar e permitiria que Bolsonaro fosse a autoridade máxima. São comuns faixas com os dizeres: “Intervenção Militar Constitucional com Bolsonaro no Poder”. Uma série de juristas e um parecer da Câmara já esclareceram que

é uma consagração do poder civil a autoridade suprema do presidente sobre as Forças Armadas; que as Forças Armadas devem se comprometer “à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais” e não podem ser usadas contra quaisquer dos poderes; e o parágrafo único do artigo prevê lei complementar que define o procedimento que as Forças Armadas devem seguir (Agência Câmara de Notícias, 2020; Pereira & Arguelhes, 2020; Streck, 2020; Teixeira, 2020).

Pouco importa que essa proposta não tenha lastro, o fato é que se tornou uma imagem de solução ideal para os problemas do país, legitimando a defesa do mecanismo incompatível com o ordenamento jurídico. Deste modo, negando a ditadura (que é do “outro”), repete-se que a solução autoritária, na verdade, é um mecanismo constitucional. Tais exemplos, não esgotam o processo de estetização da política, a associação do presidente com o termo “mito” exerce uma função imagética vinculando-o às excepcionais virtudes cívicas e políticas. Para isso, as *lives*, os memes e fotos que circulam nas redes sociais associam o presidente à humildade e dignidade e estigmatizam os adversários. Essa forma de criação de uma liderança carismática e messiânica gerou, inclusive, publicações que ressaltavam o segundo nome do presidente Jair Messias Bolsonaro e tal construção atingiu o ápice quando Bolsonaro foi vítima de uma facada em setembro de 2018 em Juiz de Fora. Ali, o homem humilde, dotado de excepcionais virtudes cívicas e políticas teve consolidada a imagem de alguém disposto a morrer pelo seu povo e desencadeou uma série de aproximações para uma justificação divina da autoridade. Nisso, a imagem pôde ser associada à lógica de uma “religião política”, cuja disposição de angariar votos se converteu em difusão de crenças arraigadas e dogmáticas como um processo de evangelização, não faltando militantes dispostos a ministrar uma catequese e compensar a ausência de Bolsonaro nos debates eleitorais (Finchelstein, 2019).<sup>17</sup>

As reiteradas afirmações de que a economia vai bem proferidas, inclusive do Ministro da Economia Paulo Guedes, agem para criar uma imagem de que as coisas estão melhorando, ainda que os indicadores não confirmem. A constante presença do presidente para inaugurar qualquer obra, por mais simplória que seja, mais do que uma campanha antecipada – a agitação permanente passa a impressão de que a campanha não tenha nunca cessado – se coaduna com a lógica da “visão apocalíptica da política”. Por essa visão, utilizam-se “[...] os sucessos eleitorais e as transformações que esses sucessos transitórios permitem como momentos revolucionários na fundação ou refundação da sociedade” (Finchelstein, 2019: 135). É nessa lógica que se enquadra a seguinte fala, em jantar nos Estados Unidos com lideranças conservadoras:

---

<sup>17</sup> Nessa linha se encaixa também a utilização do slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e a constante menção ao versículo bíblico “E conhecerão a verdade, e a verdade vos libertará”.

“O que eu sempre sonhei foi libertar o Brasil da ideologia nefasta de esquerda. Um dos grandes inspiradores meus, está aqui a minha direita – o professor Olavo de Carvalho [...] Em grande parte, *devemos a ele a revolução que estamos vivendo* [...] O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. *Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer.* Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz. *O nosso Brasil caminhava para o socialismo, para o comunismo. Quis a vontade de Deus – e entendo dessa maneira– que dois milagres aconteceram: um é a minha vida o outro é a eleição*” (Bolsonaro TV, 2019).

Ora, tal modo de estetização está presente desde a promessa de “mudar tudo isso daí”, feita na campanha, reforçando para os seguidores o caráter antissistema e antipolítica encenado por Bolsonaro.

#### *IV. Confusão de maioria eleitoral com delegação total ao presidente e Forma autoritária de democracia antiliberal e rejeição a ditadura*

Uma das marcas do populismo é a rejeição ao pluralismo político e o vínculo com uma concepção de democracia antiliberal e autoritária, apesar da defesa das eleições e da recusa a uma ditadura *stricto sensu*. Um exemplo disso pode ser verificado numa parte do discurso de Bolsonaro, na abertura do encontro do G20 em novembro de 2020. O trecho refere-se à consideração do presidente sobre os protestos antirracistas no Brasil em reação ao assassinato de João Alberto Freitas em um supermercado, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos com o *Black Lives Matter*:

“Foi a essência desse povo que conquistou a simpatia do mundo. Contudo, há quem queira destruí-la e colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre raças. Sempre mascarados de luta pela igualdade ou justiça social. Tudo em busca de poder! Não somos perfeitos, temos, sim, os nossos problemas. Existem diversos interesses para que se criem tensões entre nós. Um povo unido é um povo soberano, dividido é vulnerável. E um povo vulnerável pode ser mais facilmente controlado e subjugado. Nossa liberdade é inegociável. Como homem e como presidente enxergo todos com as mesmas cores: verde e amarelo [...] Aqueles que instigam o povo à discórdia, fabricando e promovendo conflitos, atentam não somente contra a nação, mas contra a nossa própria história” (UOL, 2020b).

Esse discurso transmite a ideia de que a mobilização provoca uma divisão que vulnerabiliza o povo e facilita o controle e a subjugação que ameaçam “nossa liberdade”; os protestos –nesse caso, contra o racismo estrutural– equivalem a destruir a essência do povo brasileiro e não são vistos como a expressão legítima, mas como ameaça uma vez que revelam a “busca pelo poder” –e não por direitos– e “fabrica conflitos” que “atentam” contra a nação e a história; o sentido de união (“povo unido”) é sinônimo da ausência de divergência, pois Bolsonaro enxerga

o povo de modo homogêneo (“verde e amarelo”) a despeito das implicações do racismo no Brasil. Tais considerações ilustram a seguinte constatação: “São deixados menos espaços para a expressão das minorias políticas. Os direitos dessas últimas não são eliminados, mas sua legitimidade democrática é diminuída” (Finchelstein, 2019: 138). Portanto, apenas seguidores do líder possuem legitimidade na comunidade política, quem demanda efetivação de direitos questionados por essa comunidade conturba e enfraquece a nação.

Em agosto de 2021, no famoso “cercadinho” – local onde conversa com apoiadores –, Bolsonaro afirma:

“É difícil governar um país dessa maneira. O único dos poderes que é vigiado o tempo todo e cobrado sou eu. O que acontece para o lado de lá não tem problema nenhum. Eu não quero interferir para o lado de lá – e nem vou –, agora, tem que deixar a gente trabalhar. O preço do combustível, o preço do gás, poderia tá metade do valor. Não tem como ir para frente. É lobby, é interferência o tempo todo. Eu não estou reclamando, não. Mas, tudo tem um limite! Eu tenho dito: onde eu vou estar é onde vocês estiverem. Vocês dão um norte para a gente [...] O que está em risco aí? É o futuro de vocês e a minha vida física [...] O Brasil desperta o interesse de vários países do mundo, é um país importantíssimo e veem aqui como um quintal, uma grande fazenda, uma fonte de recursos naturais. E isso explora a gente há muito tempo ainda somos um pouco colônia ainda. Agora, como mudar isso aí? Tem que ter a consciência do povo, querer que um cara levante a espada e resolva o problema você está enganado [alguém fala ao fundo: “Não desiste, não, Mito”]. Não, não desisto, não!” (UOL, 2021f, *grifos nossos*).

O fraco entendimento da separação dos poderes, típica do Estado Democrático de Direito, inaugura essa fala. Ao afirmar que o Executivo – resumido a ele na fala – é o único dos poderes a ser vigiado. O presidente ignora que, de acordo com a Constituição, não consta a fiscalização dos demais poderes no rol de atribuições do Poder Executivo nos artigos 84 e 87 da Constituição – que definem, respectivamente, as competências do Presidente da República e dos Ministros. Bolsonaro ignora que é atribuição constitucional do Congresso Nacional fiscalizar o Poder Executivo, conforme o artigo 49, seja na forma de sustação dos “[...] atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativo” (inciso V), seja no papel de “fiscalizar e controlar diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluindo os da Administração Direta” (inciso X). Pior, ignora, ainda, que cabe ao Poder Judiciário aplicar a lei, julgando conflitos com base na Constituição e, especificamente, o STF realizar o controle de constitucionalidade inclusive dos atos do Executivo (Brasil, 1988). Pode-se e deve-se discutir se há interferência excessiva de algum dos poderes, porém o desabafo de que é o único poder “vigiado” só faz sentido como estratégia retórica endereçada à base.



Bolsonaro fala ainda que o preço dos combustíveis poderia ser a metade, não fosse “lobby e interferência”. Porém, desde 2016, vigora na Petrobrás a Política de Paridade Internacional em que o valor dos combustíveis acompanha a variação do barril do petróleo no mercado internacional e do dólar. A Petrobrás é uma estatal cujo presidente, nomeado pelo presidente da República, defende a política de preços, exalta os lucros da estatal e os deputados aliados mais mobilizados, como Osmar Terra (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) e Alexis Fonteyne (NOVO) atribuem a culpa da alta dos combustíveis aos governadores em função das alíquotas do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (Agência Câmara de Notícias, 2021).

De quem seria o lobby aventado pelo presidente? Dos acionistas? De outras empresas petrolíferas? De quem seria a interferência neste caso? Do STF? Do Congresso? Ou se refere à autonomia dos Estados como interferência? O presidente não esclarece, apenas solta essa afirmação na fala em que classifica o Brasil como “quase colônia” e relata um suposto risco à vida. Destaca-se o recurso ao povo (“*Vocês dão um norte para a gente*”) contra as elites dirigentes (aqueles que realizam lobby, os poderes e/ou entes subnacionais que interferem e os interesses estrangeiros).

Outra face dessa retórica é atribuir a inação do governo federal e a negação em coordenar os entes subnacionais a uma decisão do STF que teria, segundo Bolsonaro e seus seguidores, impedido o governo federal de agir durante a pandemia. No entanto, a decisão de abril de 2020 apenas reconhece a competência concorrente dos entes subnacionais (estados, municípios e Distrito Federal) na saúde. Isto é, “[...] as medidas adotadas pelo Governo Federal na Medida Provisória (MP) 926/2020 para o enfrentamento do novo coronavírus não afastam a competência concorrente nem a tomada de providências normativas e administrativas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios” (Supremo Tribunal Federal, 2020).

Bolsonaro, em 29 de julho de 2021 em conversa com apoiadores e imprensa no “cercadinho”, desinformou:

“Vou rebater logo mais a nota do Supremo Tribunal Federal de ontem, dizendo que não tirou poderes meus. Isso é *fake news* [...] O Supremo decidiu que as medidas restritivas impostas por governadores e prefeitos não poderiam ser modificadas por mim. Então, o Supremo na verdade cometeu um crime ao dizer que prefeitos e governadores, de forma indiscriminada, poderiam suprimir todo e qualquer direito previsto no inciso V da Constituição, inclusive o direito de ir e vir [...] Prefeito não responde por ter prendido mulher na praia, por ter algemado pessoas em praça pública, por ter decretado toque de recolher, por ter obrigado o cara ficar em casa. O cara que não tinha nada, tinha um chuchu na geladeira, não tinha o que comer porque uma parte considerável –quase 40 milhões de pessoas– vivia da informalidade, trabalhava de manhã para comer de noite. Fecharam templos

religiosos, fizeram barbaridade [...] não adiantava tomar providências porque prefeitos e governadores tinham mais poder que eu” (Band Jornalismo, 2021).

Novamente, ignora os dispositivos constitucionais da República Federativa do Brasil, cujo artigo 24 define as competências *concorrentes* entre o governo federal e os governos estaduais e municipais – o inciso XII inclui a defesa da saúde. Recusa da verdade empírica ao negar o teor da decisão e insiste em minimizar a necessidade de isolamento social no contexto pandêmico, permitindo comparar restrições excepcionais em defesa da vida com mero e “indevido” cerceamento de liberdades (Brasil, 1988).

A reafirmação do dispositivo constitucional é chamada de “crime”, as ações para garantir o isolamento social são avaliadas a partir de exemplos de supostas arbitrariedades (a decisão não autorizou medidas restritivas que não estivesse no escopo do combate à pandemia), a partir do apelo religioso (“fecharam templos”) e, sobretudo, a partir da sensibilização para os casos de fome, agravados na pandemia e intensificados pela demora na liberação do auxílio emergencial e redução do valor desse auxílio em 2021. Por ser presidente eleito, Bolsonaro vende a tese que teria competência para governar sem respeitar a autonomia dos poderes e entes subnacionais e, quando essa possibilidade é vedada, argumenta que sofre uma usurpação do poder conferido pela maioria eleitoral. A Constituição, portanto, é mencionada como recurso retórico sem consideração substantiva.

#### *V. Nacionalismo extremo com valorização da cultura popular ou da cultura de celebridade*

O discurso de abertura do encontro de G20, mencionado no item anterior, começou assim:

“Senhoras e senhores, antes de adentrar o tema principal dessa seção, quero fazer uma rápida defesa do caráter nacional brasileiro. Em face da tentativa de importar, para o nosso território, tensões alheias à nossa história. O Brasil tem uma cultura diversa, única entre as nações. Somos um povo miscigenado. Brancos, negros e índios edificaram o corpo e o espírito de um povo rico e maravilhoso” (UOL, 2020b).

Na passagem, há uma evocação do nacionalismo por meio do “caráter nacional brasileiro”. O que, segundo Leite (2007), remete às formas de pensar a identidade nacional que resultaram em ideologias conservadoras ou burguesas. Leite (2007) identifica que as conceituações do “caráter nacional brasileiro” são eivadas de pseudocientificidade que contribuem para a manutenção do *status quo*, pois tentam generalizar para toda a nação o que é peculiar de um grupo ou classe. Desse modo, a exaltação da miscigenação que teria produzido “um povo rico e maravilhoso” não é diferente das ideologias conservadoras que se constituíram em obstáculos para o enfrentamento de preconceitos. Isto é, o nacionalismo extremo, neste caso, opera

como um elemento ideológico para reclamar uma harmonia e coesão social de uma sociedade pretensamente homogênea, em função da miscigenação, ignorando a diversidade e a complexidade do país e negando legitimidade às minorias políticas.

Esse nacionalismo também fomenta retóricas e práticas xenofóbicas. Um dos alvos da xenofobia bolsonarista é a China. Em março de 2020, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, à época presidente da Comissão de Defesa e Relações Exteriores da Câmara, repetiu um ataque comum na base bolsonarista: culpou a China pelo agravamento da pandemia e afirmou que a liberdade seria a solução, pois, se a China não fosse “uma ditadura”, segundo ele, não seria possível esconder informações sobre a pandemia. Em novembro do mesmo ano, declarou apoio a uma “aliança global” para viabilizar tecnologias 5G “sem espionagem da China”. Abraham Weintraub, ainda Ministro da Educação em abril de 2020, publicou um tuíte com a imagem de uma capa de gibi da Turma da Mônica com uma bandeira da China e fez um texto imitando o personagem Cebolinha – trocando o “r” pelo “l” – perguntando quem poderia sair geopoliticamente fortalecido da crise decorrente da pandemia e quem seriam os aliados aqui no Brasil desse plano de dominação mundial (Benites, 2020; G1, 2020a; Gomes & G1, 2020). Em março de 2021, Jair Bolsonaro disse:

“É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. Mas, está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu PIB?” (AFP Português, 2021).

Em março de 2020, foram colocadas faixas em frente à embaixada da China com palavras contra o presidente Xi Jinping e Yang Wanming, embaixador, com a menção “China Vírus”. Em agosto de 2020, foram feitas ameaças de ataque terrorista ao Consulado chinês em São Paulo. Em julho de 2021, o ex-deputado Roberto Jefferson, apoiador de Bolsonaro, chegou a sugerir a expulsão do embaixador chinês do Brasil. E, em 16 de setembro de 2021, um explosivo foi atirado contra o Consulado chinês no Rio de Janeiro – ninguém ficou ferido. Não é possível, sem investigação, afirmar causalidade entre os discursos e os ataques. No entanto, a contínua estigmatização contribui para disseminação de uma sinofobia (Bond, 2020; Poder360, 2020; Rocha, 2021).

Essa retórica também foi mobilizada na disputa entre Bolsonaro e o governador paulista João Dória (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB). O Instituto Butantan, centro de pesquisa biológica e principal produtor de imunobiológicos do país, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, articulou um acordo com a farmacêutica chinesa Sinovac para a fabricação da vacina CoronaVac no Brasil. Dória, um possível candidato à presidência em 2022 rompido com Bolsonaro, poderia usar o acordo e a distribuição pioneira de uma vacina contra a Covid-19 no Brasil para capitalizar politicamente. Bolsonaro reagiu de diferentes formas ao

longo do tempo: primeiro, desdenhado ao anunciar a compra da vacina da Oxford/AstraZeneca: “Nós entramos naquele consórcio lá de Oxford –pelo que tudo indica vai dar certo– e 100 milhões de unidades chegarão para nós. Não é daquele outro país não, tá ok, pessoal? É de Oxford aí” (apud UOL, 2021a).

Depois, negou que o Ministério da Saúde compraria a CoronaVac, como em outubro de 2020:

“Lá atrás, destinamos recursos para a Oxford –não para comprar a vacina apenas– para participar da pesquisa e desenvolvimento e com uma cota de quantidade de vacinas para nós. *Nada será dispendido agora para comprarmos uma vacina chinesa* que –eu desconheço– mas parece que nenhum país do mundo está interessado nela. Pode ser que tenha algum país aí. Agora, *as vacinas têm que ter uma comprovação científica, diferente da hidroxicloroquina* [...] Não pode inalar (sic) algo numa pessoa e o malefício ser maior que um possível benefício. Porque nós estamos perfeitamente afinados com o Ministério da Saúde trabalhando na busca de uma vacina confiável. Nada mais além disso, fora disso é tudo especulação, *é um jogo político que, lamentavelmente, esse governador parece que só sabe fazer isso. Parece que é a última cartada dele na busca por popularidade ou de resgatar tudo aquilo que ele perdeu durante a pandemia. E, em grande parte, as decisões tomadas pelo senhor João Dória não batiam com aquelas que eu gostaria de tomar, caso eu não fosse tolhido pela Justiça*” (apud UOL, 2020a, *grifos nossos*).

A fala reafirma o cancelamento do documento de intenção de compra pelo Ministério da Saúde da vacina produzida pelo Instituto Butantan. Salta aos olhos a evidência de que o maior obstáculo era a disputa com Dória. Mas, não faltou desqualificação ao se referir como “uma vacina chinesa” que supõe, apesar do confesso desconhecimento, nenhum outro país compraria. O que confirma que, apesar da possibilidade de outras motivações, a escolha pela retórica coerente com a ideologia é um aceno à base. Chama atenção a necessidade de justificar que a comprovação científica é indispensável para a vacina, diferente da hidroxicloroquina, reforçando a recusa da verdade empírica para promover o medicamento. A estigmatização à China é contínua entre os adeptos, mas variável nas falas do presidente, que, em setembro de 2021, chegou a afirmar a importância chinesa no combate à pandemia.

Outro ponto é o recurso à cultura popular, às celebridades e ao mundo do entretenimento como modo de evocar as tradições nacionais. Bolsonaro, antes da suspensão de público nos estádios devido à pandemia, era um habitué em jogos de futebol. O presidente é próximo à direção do Flamengo, o que deu origem ao rumor de que o presidente do clube, Rodolfo Landim, estaria sendo cotado para ser candidato à vice-presidência em 2022 e a proximidade de Bolsonaro com a cúpula da CBF culminou no apoio do governo para que a Copa América 2021 fosse disputada no Brasil, apesar da situação da pandemia (Gois, 2021a; 2021b).

Além do futebol, o presidente recorre ao universo das celebridades e do entretenimento: na Secretaria da Cultura, o presidente nomeou Regina Duarte –atriz de filmes e de telenovelas da Rede Globo–, quando a substituiu, escolheu Mário Frias, também ator de telenovelas e filmes, cantor e apresentador de programas televisivos. Ambos, sem experiência em gestão e em políticas públicas, mas, tal como o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações Marcos Pontes, conhecido como Astronauta, poderiam conferir uma face pública ao cargo que poderia ser explorada como nomeações de pessoas com *expertise* na área relacionada à respectiva pasta. O presidente ainda esteve em encontros com Amado Batista – cantor, compositor e empresário cujos débitos em multas ambientais se tornaram públicos. Participou, ainda, de reuniões com músicos do gênero Sertanejo para discutir o fim da meia-entrada e o retorno do setor de shows e entretenimentos impactados pela pandemia. Em 7 de setembro de 2021<sup>18</sup>, em meio a manifestações de apoiadores, Bolsonaro surgiu no Rolls-Royce da presidência dirigido pelo ex-piloto e tricampeão mundial de Fórmula 1, Nelson Piquet (França & Vieira, 2021; IstoÉ Gente, 2021; R7, 2021).

A despeito da proximidade com alguns artistas, é comum Bolsonaro e apoiadores criticarem o principal instrumento de fomento à Cultura no Brasil: a Lei Rouanet. O debate sobre a lei é direcionado para desqualificar artistas críticos ao governo. Eduardo Bolsonaro afirmou em dezembro de 2018 em discurso na Câmara dos Deputados:

“E, de fato, eu venho aqui fazer um registro: dizer que a Lei Rouanet não é de todo ruim. O espírito dela, inicial, é um bom espírito. Promover ali, aquele artista que está em começo de carreira, pra dar um empurrãozinho pra ele, pra ver se ele deslança. Agora, o que nós temos visto, na caradepau, foi o governo passado de Dilma Rousseff querendo literalmente “comprar” a classe artística, que é formadora de opinião, para trazer consigo, simpatia de seus seguidores. Eu quero ver algum beneficiado milionário da Lei Rouanet pregar contra as pautas de esquerda! [...] nós colocaremos aqui, “sentadinhos”, bonitinhos aí esses artistas que, por baixo dos panos, iam, através do Ministério da Cultura, através de requisitos subjetivos, abocanhar o bolso do contribuinte brasileiro. A teta acabou!” (Folha Política, 2018).

Cumprido destacar que a lei autoriza a renúncia fiscal, mas não é o governo ou ministério que escolhe o projeto onde esse recurso será investido. O projeto recebe ou não autorização da autoridade competente (à época, o Ministério da Cultura) para captar os recursos junto à iniciativa privada: pessoas físicas que pagam Imposto de Renda podem destinar até 4% e as empresas que são tributadas pelo lucro real até 6% do imposto devido. Ou seja, a decisão de investir ou não é da iniciativa privada.

<sup>18</sup> Dia da Independência do Brasil. Em 7 de setembro de 2021, apoiadores organizaram manifestações favoráveis ao presidente Bolsonaro, principalmente em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, mas com atos em outras cidades brasileiras.

Apesar da retórica, o governo Bolsonaro ainda não realizou alterações na referida lei (Brasil, 1991).

A manifestação do deputado Eduardo Bolsonaro, após a eleição do pai, continuava o clima de campanha: parte significativa da classe artística engajada é crítica às posições de Bolsonaro desde que ele se tornou mais popular nas redes. Em março de 2020, na cerimônia de posse de Regina Duarte, na Secretaria da Cultura (que substitui o extinto Ministério da Cultura), o presidente afirmou:

“[...] a cultura representou algo para nós que, em muitos momentos, *não era aquilo que maioria do povo queria, almejava. Ela foi cooptada pela política de modo que ela foi usada para interesses políticos partidários* [...] Depois de um ano de governo, nós achamos –eu tenho certeza– a pessoa certa que pode valorizar, por exemplo, a Lei Rouanet. Tão mal utilizada no passado [...] Botamos um teto [a lei não foi alterada, refere-se ao teto usado pela Secretaria para autorizar a captação] e filtros também. Afinal de contas, ela deve atender o artista em início de carreira ou aqueles que, depois de se iniciarem nela, precisam do incentivo para se consolidar no mercado [...] *começamos a escrever a cultura com a chegada dessa grande mulher*. Regina Duarte, nós estamos colocando nas mãos de quem realmente entende do assunto esse desafio”. (Band Jornalismo, 2020, *grifos nossos*).

As manifestações artísticas engajadas são compreendidas como algo diferente do que o povo deseja e fruto de cooptação por agentes políticos que usariam a Lei Rouanet como mecanismo. A liberdade não é uma possibilidade para arte que seja crítica ao líder e seu movimento. O cantor inglês Roger Waters (ex-Pink Floyd), em 2018, foi vaiado por criticar Bolsonaro e Trump e suscitou a curiosa alegação de que as pessoas foram ao show para ouvir música e não a posição política do artista. Apesar de estrangeiro e do tom crítico desde o início da carreira na Banda Pink Floyd, circulou uma onda de notícias falsas associando a motivação de Waters ao recebimento de recurso para campanha<sup>19</sup> (O Estado de São Paulo, 2018). Ou seja, não se considera legítimo aquilo que contraria o movimento, daí a ênfase na arte como mero entretenimento.

Analisadas as características do populismo presentes na experiência brasileira sob o governo de Jair Bolsonaro passemos às conclusões.

---

<sup>19</sup> O então ministro da Cultura, Sérgio Leitão, publicou que Waters recebeu R\$ 90 milhões para fazer campanha. Em ação do comitê de campanha de Bolsonaro junto ao Tribunal Superior Eleitoral -TSE contra Fernando Haddad (PT), o Ministério, intimado, negou que houvesse dinheiro oriundo da Lei Rouanet na turnê de Waters (O Estado de São Paulo, 2018).

## Conclusões

O objetivo deste artigo foi verificar a aproximação das ações e reações do governo Bolsonaro às características do populismo definidas, especialmente, por Finchelstein (2019) – que propõe uma análise histórica ampla incluindo a América Latina.

Notamos, em primeiro lugar, que as características delimitadas pelos autores selecionados estavam presentes no governo Bolsonaro, sobretudo, como forma de comunicação e mobilização da sua base de apoio. As características foram agrupadas em cinco elementos que apareceram no movimento que alçou Bolsonaro à presidência da República brasileira e, principalmente, no decorrer do seu governo, tendo como *locus* principal a atuação no combate à pandemia e em outros eventos ocorridos nesses quase três anos. Como demonstramos, a comunicação com fundamentos ideológicos permitiu a manutenção de importante base bolsonarista mobilizada e ativa. A comunicação também ajuda a explicar o êxito eleitoral. Mas, há um contexto a ser considerado. Os populistas tendem a prosperar em situações de crise real ou imaginada. A ascensão de Bolsonaro está relacionada a uma crise multidimensional. Por um lado, a crise econômica ampliava a sensação de privação relativa. Por outro, a crise política marcada pelo impeachment e pelo avanço da Operação Lava Jato favoreceu a circulação de discursos com lógica antipolítica ao intensificar a desconfiança em relação às instituições e aos partidos e políticos tradicionais. Tal cenário fica mais evidente com o desalinhamento de partidos tradicionais. Desde 2010, aumentava a fragmentação partidária. Em 2018, o resultado eleitoral do PSDB no primeiro turno confirmou a mudança no padrão da competição eleitoral, consolidada com a vitória de Bolsonaro, de um partido pequeno com poucos recursos tradicionais de campanha. Acrescente-se, ainda, uma crise de valores e o contexto de crise sanitária.

O populismo moderno incorporou traços do fascismo expondo a “fronteira porosa” entre a direita dita moderada e a extrema-direita (Finchelstein, 2019: 174). Assim, a despeito de equívocos e generalizações, o governo Bolsonaro ainda não instaurou um regime fascista ou neofascista conforme evidenciam as diferenças a seguir. O fascismo nasceu em um contexto de questionamentos aos valores liberais e ao liberalismo econômico e seu projeto, apoiado por setores da burguesia, preconizava um capitalismo com presença do Estado e em bases nacionais, visando uma autoritária terceira via socioeconômica entre o capitalismo e o socialismo – diferente do projeto ultraliberal capitaneado por Paulo Guedes. A fusão líder-seguidores-nação como entidade única advém do fascismo, onde se realizava em uma ditadura ultraviolenta, e passou a ser justificada em termos eleitorais no populismo, que é uma forma autoritária e antiliberal de democracia que pode ser interrompida por limitações constitucionais ou derrotas eleitorais. A concepção e as práticas de violência são diferentes: a violência política é elemento fundamental em um regime fascista objetivando a perseguição, a repressão e a eliminação dos opositores; o populismo

persegue, estigmatiza, reduz a legitimidade e cria um ambiente de insegurança sem usar deliberadamente o aparato estatal para eliminar o inimigo público.

Recuperar a voz no sistema político e recolocar na agenda uma série de valores dialoga com o apoio que Bolsonaro recebeu entre os eleitores neopentecostais e da renovação carismática católica, bem como o engajamento de líderes religiosos. Uma desinformação que circulou nas eleições foi a existência de um “kit gay” a ser distribuído nas escolas. A estória mobilizou alguns temores: o debate sobre gênero nas escolas (reduzido à “ideologia de gênero”) e a educação sexual. Em consequência, a base bolsonarista reverberou apoio ao Movimento Escola Sem Partido, que propõe combater a chamada doutrinação ideológica de esquerda nas escolas, que incluiria a questão de gênero, e à aprovação da *homeschooling*, para as famílias educarem seus filhos em casa. Além disso, a oposição às pautas do movimento feminista, LGBTQIA+ e negro atacando políticas públicas relacionadas, como a Lei Maria da Penha, a tipificação do feminicídio, a regulamentação da homofobia e a política de cotas.

O avanço neoliberal marca uma nova forma de desenvolvimento do nacionalismo que possibilita a ascensão de líderes populistas comprometidos com receituário neoliberal, vinculados às origens autoritárias e mantendo promessas de velhas soluções antidemocráticas típicas do populismo. Não é, portanto, incoerente a parceria entre Bolsonaro e Guedes – o ministro que receberia a pasta de “porteira fechada” (quando o ministro tem controle das nomeações de todos os cargos do Ministério). Nem é, portanto, deslocado do fenômeno populista um discurso nacionalista com práticas econômicas marcadas pela privatização infralegal de riquezas nacionais e ativos de empresas estatais, como plataformas, subsidiárias, poços de petróleo, estação de tratamento de óleo, estação de gás, terminais aquaviários, gasodutos e oleodutos, majoritariamente para empresas estrangeiras. Nem mesmo o desmanche da seguridade social, como Reforma da Previdência, tentativas de novas reformas trabalhistas (como Carteira Verde e Amarela) e Reforma Administrativa, pois o léxico da liberdade dos seguidores incorpora a lógica de que o inchaço e o aparelhamento do Estado, bem como o “excesso” de direitos (sic), seriam obstáculos às liberdades individuais, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento da nação. Trata-se do que Finchelstein chama de “novo populismo de direita” que, sob o governo Bolsonaro, combina o receituário neoliberal com um discurso que evoca a violência política frequentemente.



## Referências:

- Accioly, D. (28 de maio de 2021). Mandetta revela “gabinete paralelo” e tentativa de mudar bula da cloroquina. *Senado Notícias*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/28/mandetta-revela-gabinete-paralelo-e-tentativa-de-mudar-bula-da-cloroquina>. Acesso em 15 set. 2021.
- AFP Português (05 de maio de 2021). Bolsonaro sugere que China criou pandemia para lançar “guerra química” [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=lnXTkig0IH8>. Acesso: 18 set. 2021.
- Agência Câmara de Notícias (04 de junho de 2020). Câmara emite parecer esclarecendo que artigo 142 da Constituição não autoriza intervenção militar. *Câmara dos Deputados, Notícias*. <https://www.camara.leg.br/noticias/667144-camara-emite-parecer-esclarecendo-que-artigo-142-da-constituicao-nao-autoriza-intervencao-militar/>. Acesso em 16 set. 2020.
- \_\_\_\_\_ (14 de setembro de 2021). Deputados cobram mudança na política de preços dos combustíveis da Petrobras. *Câmara dos Deputados, Notícias*. <https://www.camara.leg.br/noticias/805814-deputados-cobram-mudanca-na-politica-de-precos-dos-combustiveis-da-petrobras>. Acesso em 19 set. 2020.
- Agência Senado (11 de junho de 2021). Ao buscar “imunidade de rebanho”, governo trata a população como animais, diz Maierovitch na CPI. *Senado Notícias*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/11/ao-buscar-imunidade-de-rebanho-governo-trata-populacao-brasileira-como-animais-diz-maierovitch-na-cpi>. Acesso em 15 set. 2021.
- Axfors, C., Schmitt, A.M., Janiaud, P., van't Hoof, J., Abd-Elsalam, S., Abdo, E.F., Abella, B., Akram, J., Amaravadi, R.K., Angus, D.C., Arab, Y.M., Azhar, S., Baden, L.R., Baker, A.W., Belkhir, L., Benfield, T., Berrevoets, M.A., Chen, C.P., Chen, T.C., et al (2021). Mortality outcomes with hydroxychloroquine and chloroquine in COVID-19 from an international collaborative meta-analysis of randomized trials. *Nature Communications*, 12, 2349, <https://doi.org/10.1038/s41467-021-22446-z>.
- Band Jornalismo (29 de outubro de 2018). Bolsonaro: Período militar não foi ditadura [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=IMJPNIOqQTI>. Acesso em 16 set. 2021.
- \_\_\_\_\_ (04 de março de 2020). “Pessoa certa para valorizar a Lei Rouanet”, diz Bolsonaro sobre Regina Duarte [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=Jrab7II1gSM>. Acesso em 19 set. 2021.
- \_\_\_\_\_ (29 de julho de 2021). Bolsonaro diz que STF “cometeu crime” [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=4MiiKlqEUNY>. Acesso em 19 set. 2021.

- Benites, A. (19 de março de 2020). Esforço de Eduardo Bolsonaro para demonizar China copia Trump e ameaça elo estratégico do Brasil. *El País Brasil*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/esforco-de-eduardo-bolsonaro-para-demonizar-china-copia-trump-e-ameaca-elo-estrategico-do-brasil.html>. Acesso em 18 set. 2021.
- Benjamin, W. (2012). *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Zouk, 2012.
- Bolsonaro TV (18 de março de 2019). Ao lado de Olavo de Carvalho, Bolsonaro faz discurso EMOCIONANTE em jantar nos EUA [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=VWqN7Og1ROg>. Acesso em 17 set. 2021.
- Bond, L. (24 de agosto de 2020). PF faz busca em casa de envolvido em ameaça a consulado chinês em SP. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/pf-faz-busca-em-casa-de-envolvido-em-ameaca-consulado-chines>. Acesso em 18 set. 2020.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 16 set. 2021.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm). Acesso em 19 set. 2021.
- \_\_\_\_\_. (2021). *Medida Provisória n.º 1061, de 9 de agosto de 2021*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1061.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1061.htm). Acesso em 05 nov. 2021.
- Braga, M.S.S. & Zolnerkevic, A. (2020). Padrões de votação no tempo e no espaço: classificando as eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, 26, 1 (maio 2020), 1–33.
- Braga, M.S.S., Contrera, F. & Cassota, P.L. (2018). Impacto da Lava Jato na atividade do Congresso Nacional. In: Kerche, F. e Feres Júnior, J. (coords.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. Editora Contracorrente, pp. 137–198.
- Braga, S.S., Tavares, D., Padilha, R.L., Macedo, M.G. (2021). Outliers são Outsiders? Perfil dos Deputados Estaduais “Heavy Users” de Mídias Digitais na Legislatura 2019–2023. *E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v.14, n. 36, pp. 110–129.
- Brito, R. (2020). Bolsonaro cita local de execução da ditadura ao criticar debate de gênero em escolas. *Reuters*. <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/11/12/bolsonaro-cita-local-de-execucao-da-ditadura-ao-criticar-debate-de-genero-em-escolas.htm>. Acesso em 16 set. 2021.
- Câmara dos Deputados ([s.d.]). Jair Bolsonaro – Biografia. *Portal da Câmara*. <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em 04 nov. 2021.

- Carazzai, E.H. & Tavares, J. (25 de agosto de 2017). Recurso de Lula foi o que mais rápido chegou à segunda instância. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1912821-recurso-de-lula-foi-o-que-mais-rapido-chegou-a-2-instancia.shtml>. Acesso em 04 nov. 2021.
- Carvalho, M.C. (20 de março de 2019). Sem acordo com os partidos, Bolsonaro não vai governar, afirma cientista político. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/sem-acordo-com-os-partidos-bolsonaro-nao-vai-governar-afirma-cientista-politico.shtml>. Acesso em 09 set. 2021.
- Coll, L. (15 de setembro de 2020). Não há evidências que cloroquina seja eficaz em prevenção ou tratamento da Covid-19, alerta pesquisador da Unicamp. *Unicamp, Notícias*. <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/21/nao-ha-evidencias-que-cloroquina-seja-eficaz-em-prevencao-ou-tratamento-da>. Acesso em 15 set. 2021.
- Dahl, R.A. (2005). *Poliarquia: Participação e Oposição*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Di Tella, T.S. (1973). Populismo y reformismo. In: Germani, G., Di Tella, T.S. & Ianni, O. (1973). *Populismo y Contradiciones de clase en Latinoamérica*. Ediciones Era, pp. 38-82.
- Duarte, L. e The Intercept Brasil (2020). *Váza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Mórula.
- Eatwell, R. & Goodwin, M. (2020). *Nacional-Populismo – A revolta contra a democracia liberal*. 2.º Edição. Editora Record.
- Estadão Conteúdo (23 de junho de 2017). Em 26 anos, Bolsonaro apresentou 171 projetos; dois foram aprovados. *GZH Política*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/07/em-26-anos-bolsonaro-apresentou-171-projetos-dois-foram-aprovados-9850750.html>. Acesso em 15 nov. 2021.
- Faculdade de Medicina da UFMG (29 de março de 2021). Kit Covid: o que diz a ciência? *Programa Saúde com Ciência*. <https://www.medicina.ufmg.br/kit-covid-o-que-diz-a-ciencia/>. Acesso em 15 set. 2021.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social*. Editora da Universidade de Brasília.
- Felix, D. (04 de novembro de 2021). Entenda por que a PEC dos Precatórios é polêmica e divide opiniões. *IstoÉ Dinheiro*. <https://www.istoedinheiro.com.br/entenda-por-que-a-pec-dos-precatorios-e-polemica-e-divide-opinioes/>. Acesso em 05 nov. 2021.
- FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas (2021). “Notas Oficiais”. *FENAJ*. <https://fenaj.org.br/notas-oficiais/>. Acesso em 16 set. 2021.
- Ferraz, R. (04 de setembro de 2021). “Estão fazendo confusão”, diz jurista, sobre artigo 142 da Constituição. *Véja*. <https://veja.abril.com.br/politica/estao-fazendo-confusao-diz-jurista-sobre-artigo-142-da-constituicao/>. Acesso em 16 set. 2021.

- Figueiredo, A. & Limongi, F. (2007). Instituições Políticas e Governabilidade. Desempenho do governo e apoio legislativo na Democracia Brasileira. In: MELO, Carlos R. & SAEZ, Manuel A. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Editora UFMG, 147-198.
- Finchelstein, F. (2019). *Do Fascismo ao Populismo na História*. Almedina.
- Folha Política (02 de dezembro de 2018). “A teta acabou, secou!”: Eduardo Bolsonaro alertou artistas que recebem milhões: Lei Rouanet [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=YlcrIyyLOCo>. Acesso em 19 set. 2021.
- França, V.R. & Vieira, V. (2021). Universo sertanejo: amor traído e Bolsonaro. *Mídia e Cotidiano – Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano – UFF* v. 15, n. 1, 6-28. <https://doi.org/10.22409/rmc.v15i1.47767>.
- Franco, L. & Odilla, F. (05 de junho de 2018). Como militares ganharam protagonismo inédito no Brasil desde a redemocratização. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44325522>. Acesso em 15 nov. 2021.
- Frazão, F. (11 de outubro de 2018). PSC, ligado à Assembleia de Deus, oficializa apoio a Jair Bolsonaro. *Estadão*. <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,psc-ligado-a-assembleia-de-deus-oficializa-apoio-a-jair-bolsonaro,70002543894>. Acesso em 04 nov. 2021.
- G1 (06 de abril 2020a). Weintraub publica insinuações contra a China, depois apaga; embaixada cobra retratação. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/06/weintraub-publica-post-com-insinuacoes-contr-a-china-depois-apaga-embaixada-repudia.ghtml>. Acesso em 18 set. 2020.
- \_\_\_\_\_ (18 de novembro de 2020b). Pfizer e BioNTech concluem estudos da fase 3 de vacina contra Covid e anunciam 95% de eficácia. *G1*. <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/11/18/vacina-da-pfizer-e-biontech-contr-a-covid-conclui-estudos-da-fase-3-e-anuncia-95percent-de-eficacia.ghtml>. Acesso em 16 set. 2021.
- Gois, A. (18 de junho de 2021a). O vice dos sonhos de Bolsonaro para 2022. *O Globo*. <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/o-vice-dos-sonhos-de-bolsonaro-para-2022-rodolfo-landim-o-presidente-do-flamengo.html>. Acesso em 30 ago. 2021.
- \_\_\_\_\_ (26 de junho de 2021b). O secretário do governo Bolsonaro que atua para manter Rogério Caboclo na CBF. *O Globo*. <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/o-secretario-do-governo-bolsonaro-que-atua-para-manter-rogerio-caboclo-na-cbf.html>. Acesso 30 ago. 2021.
- Gomes, A. C. (2001). O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: Ferreira, J. (2001). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Civilização Brasileira.

- Gomes, P.H. & G1 (24 de novembro de 2020). Embaixada da China repudia postagem que Eduardo Bolsonaro publicou e depois apagou. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/24/embaixada-da-china-repudia-postagem-que-eduardo-bolsonaro-publicou-e-depois-apagou.ghtml>. Acesso em 18 set. 2021.
- Governo do Brasil (24 de março de 2020). Banco Central anuncia conjunto de medidas que liberam R\$ 1,2 trilhão para a economia. *Gov.br*. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/banco-central-anuncia-conjunto-de-medidas-que-liberam-r-1-2-trilhao-para-a-economia>. Acesso em 05 nov. 2021.
- Ianni, O. (1973). Populismo y relaciones de clase. In: Germani, G., Di Tella, T.S. & Ianni, O. (1973). *Populismo y Contradiciones de clase en Latinoamérica*. Ediciones Era, pp. 83-150.
- IstoÉ Gente (20 de agosto de 2021). Amado Batista convoca povo para manifestação a favor de Bolsonaro; veja vídeo, *IstoÉ Gente*. <https://istoe.com.br/amado-batista-convoca-povo-para-manifestacao-a-favor-de-bolsonaro-veja-video/>. Acesso em 19 set. 2021.
- Jornalismo TV Cultura (01 de maio de 2020). “Gostaria que todos voltassem a trabalhar”, afirma Bolsonaro sobre Dia do Trabalhador [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=YeRAGYk7pkg>. Acesso em 18 set. 2020.
- Jornalistas Livres (21 de outubro de 2018). Bolsonaro ameaça prender todos que discordarem dele [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=at8qr1MeO6g>. Acesso em 16 set. 2021.
- Jornal da Gazeta (05 de maio de 2020). Bolsonaro manda jornalistas calarem a boca [video file]. *Youtube*. [https://www.youtube.com/watch?v=Pmf8r\\_yNwDo](https://www.youtube.com/watch?v=Pmf8r_yNwDo). Acesso em 16 set. 2021.
- Kerche, F. & Feres Júnior, J. (coords.) (2018). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. Editora Contracorrente.
- Kozicki, K. & Chueiri, V.K. (2019). *Impeachment: a arma nuclear constitucional*. *Lua Nova*, São Paulo, 108, 157-176. <https://doi.org/10.1590/0102-157176/108>.
- Krob, A.G. & Correa, F.J. (2019). O mito da ‘intervenção militar constitucional’ no contexto das convulsões e sobressaltos institucionais da história recente brasileira. 5.º *Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade – Direitos da Sociedade em Rede*, Universidade Federal de Santa Maria. <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/5.30.pdf>. Acesso em 16 set. 2021.
- Laclau, E. (2005). Populism: What’s in a Name? In: PANIZZA, F. (ed.) *Populism and the Mirror of Democracy*. Phronesis. Verso Books, pp. 32-49.
- \_\_\_\_\_. (2013). *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas.

- Lavieri, F. (19 de junho de 2020). Cercadinho de Bolsonaro. *IstoÉ Gente*. <https://istoe.com.br/cercadinho-de-bolsonaro/>
- Leite, D.M. (2007). *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 7. ed. rev. – Editora UNESP.
- Levitsky, S. & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.
- Madeiro, C. (29 de outubro de 2020). Movimento antivacina avança na web: por que ele é ameaça à saúde pública. *VivaBem UOL*. <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/10/29/movimento-antivacina-avanca-online-por-que-ele-e-ameaca-a-saude-publica.htm>. Acesso em 15 set. 2021.
- Maitino, M.E. (2020). Populismo e Bolsonarismo. *Cadernos Cemarx*, n.º13, p.1-20, e020002, <https://doi.org/10.20396/cemarx.v13i00.13167>.
- Marques, G. (16 de dezembro de 2020). Pfizer protocola resultados da fase 3 de vacina na Anvisa. *VivaBem UOL*. <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/12/16/pfizer-protocola-resultados-de-testes-da-fase-3-de-vacina-na-anvisa.htm>. Acesso em 16 set. 2021.
- Matsui, N. (01 de novembro de 2019). Bolsonaro sugere lugar de execução da ditadura para servidores públicos. *Época*, Guilherme Amado. <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/bolsonaro-sugere-lugar-de-execucao-da-ditadura-paraservidores-publicos-1-24056200>. Acesso em 16 set. 2021.
- Ministério da Economia (05 de abril de 2020). Medidas Econômicas voltadas para a redução dos impactos da Covid-19 (Coronavírus) – linha do tempo. *Gov.br*. [https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline?b\\_start:int=300](https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline?b_start:int=300). Acesso em 05 nov. 2021.
- Miranda, C. (23 de abril de 2021). Moro suspeito e condenações de Lula anuladas: entenda o que acontece agora. *Estadão*. <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-suspeito-e-condenacoes-de-lula-anuladas-entenda-o-que-acontece-agora/>. Acesso em 04 nov. 2021.
- Mouffe, C. (2020). *Por um populismo de esquerda*. Autonomia Literária.
- Nascimento, C. (28 de abril de 2021). Dez erros absurdos do governo federal no combate à pandemia. *Veja*. <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/dez-erros-absurdos-do-governo-federal-no-combate-a-pandemia/>. Acesso em 15 set. 2021.
- Nascimento, J.F. & Beker, M. (2021). Operação Lava Jato, alterações de rótulos e o indicativo de realinhamento partidário. *E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v.14, n. 35, pp. 297-323. <https://doi.org/10.51206/e-legis.v14i35.670>

- Norris, P. & Inglehart, R. (2019). *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and the Authoritarian Populism*. Cambridge University Press.
- O Estado de São Paulo (23 de novembro de 2018). Roger Waters não recebeu dinheiro da Lei Rouanet, diz Ministro da Cultura. *Estadão*. <https://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,roger-waters-nao-recebeu-dinheiro-da-lei-rouanet-diz-ministerio-da-cultura,70002619154>. Acesso em 18 set. 2021.
- Os Pingos nos Is (17 de junho de 2021). Íntegra da live de Jair Bolsonaro de 17/06/2021 [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=WVhTmzNcFEg>. Acesso em 16 set. 2021.
- Palermo, V. (2000). Como se governa no Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol.43, n. 3, 521-557. <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=595>.
- Pêcheux, M (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Pontes.
- Pereira, T. & Arguelhes, D.W. (02 de junho de 2020). Intervenção Militar é Golpe: é só ler a Constituição. *Jota / Supra*. <https://www.jota.info/stf/supra/intervencao-militar-e-golpe-e-so-ler-a-constituicao-02062020>. Acesso em 16 set. 2020.
- Pessoa, G.S. (29 de novembro de 2020). Rio Branco: Bocalom (PP) foi o único apoiado por Bolsonaro eleito em capitais. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/29/tiao-bocalom-unico-bolsonarista-eleito-nas-capitais.htm>. Acesso em 16 set. 2021.
- Pita, A. (29 de junho de 2019). “Bolsonaro é um dos populistas mais próximos do fascismo que já vi”. *El país*. [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/cultura/1561664077\\_032428.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/cultura/1561664077_032428.html). Acesso em 04 nov. 2021.
- Pinto, C.R.J. (2006). Elementos para uma análise de discurso político. *Barbaroi – Revista do Departamento de Ciências Humanas*, n.º 24, ano 2006/1. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.821>
- Pinto Neto, M. & Cipriani, M. (2021). Populismo Autoritário e Bolsonarismo Popular: caminhos comparados do punitivismo a partir de Stuart Hall. *Revista de Criminologias Contemporâneas*, vol. 1, n. 1, p.41-56.
- Poder360 (03 de setembro de 2018). No Acre, Bolsonaro fala em ‘fuzilar a petralhada’ e enviá-los à Venezuela – 1.º set, 2018 [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>. Acesso em 16 set. 2021.
- \_\_\_\_\_ (20 de março de 2020). Faixas com ataques a Xi Jinping são colocadas em frente à embaixada. *Poder360*. <https://www.poder360.com.br/brasil/faixas-com-ataques-a-xi-jinping-sao-colocadas-em-frente-a-embaixada/>. Acesso em 18 set. 2020.

- \_\_\_\_\_ (27 de fevereiro de 2021). Jornalista que fez pergunta a Bolsonaro sobre Flávio é demitido da prefeitura de Rio Branco. *Poder360*. <https://www.poder360.com.br/brasil/jornalista-que-fez-pergunta-a-bolsonaro-sobre-flavio-e-demitido-da-prefeitura-de-rio-branco/>. Acesso em 16 set. 2021.
- Prado, F. (26 de junho de 2021). Baixa eficácia, alto custo e tecnologia antiga: entenda as polêmicas da vacina indiana. *IstoÉ Dinheiro*. <https://www.istoedinheiro.com.br/baixa-eficacia-alto-custo-e-tecnologia-antiga-as-polemicas-da-covaxin/>. Acesso em 15 set. 2021.
- R7 (07 de setembro de 2021). Bolsonaro chega ao Alvorada em Rolls-Royce dirigido por Piquet. *R7*. <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-chega-ao-alvorada-em-rolls-royce-dirigido-por-piquet-07092021>. Acesso em 19 set. 2021.
- Record News (30 de junho de 2021). Bolsonaro critica membros da CPI da Pandemia em evento oficial [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=-2sxPjxCrY>. Acesso em 16 set. 2021.
- Rede D'or São Luiz (online). O que é imunidade de rebanho? *Rede D'or São Luiz, Notícias*. <https://www.rededoraoluiz.com.br/noticias/artigo/o-que-e-imunidade-de-rebanho>. Acesso em 15 set. 2021.
- Rocha, L. (17 de setembro de 2021). Alvo de bolsonaristas, Consulado da China sofre atentado à bomba no Rio. *Revista Fórum*. <https://revistaforum.com.br/global/alvo-bolsonaristas-consulado-da-china-atentado-bomba-rio/>. Acesso em 18 set. 2021.
- RSF – Repórter Sem Fronteiras (2021). “Predator – Jair Bolsonaro”. *RSF – Repórter Sem Fronteiras*. <https://rsf.org/pt/predator/jair-bolsonaro>. Acesso em 16 set. 2021.
- Rummens, S. (2017). Populism as a Threat to Liberal Democracy. In: Kaltwasser, C.R., Taggart, P., Espejo, P.O. & Ostiguy, P. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford University Press, 2017, 554-570.
- Saad Filho, A. & Morais, L. (2018). *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. Boitempo.
- Sassine, V. (19 de julho de 2021). Conheça as suspeitas do caso Covaxin que deixaram Bolsonaro na berlinda. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/conheca-as-suspeitas-do-caso-covaxin-que-deixaram-bolsonaro-na-berlinda.shtml>. Acesso em 15 set. 2021.
- Schmitt, G. (18 de março de 2021). Datafolha: conheça os grupos que mantêm apoio a Bolsonaro no momento mais grave da pandemia. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/politica/datafolha-conheca-os-grupos-que-mantem-apoio-bolsonaro-no-momento-mais-grave-da-pandemia-24930133>. Acesso 05 nov. 2021.



- Silva, F. S. (2020). From Car Wash to Bolsonaro: Law and Lawyers in Brazil's Illiberal Turn (2014–2018). *Journal of Law and Society*, v.47, issue S1, pp. S90–S110. <https://doi.org/10.1111/jols.12250>
- Streck, L.L. (07 de maio de 2020). Interpretações equivocadas sobre intervenção militar no artigo 142. *Consultor Jurídico*. <https://www.conjur.com.br/2020-mai-07/senso-incomum-interpretacoes-equivocadas-intervencao-militar>. Acesso em 16 set. 2021.
- Supremo Tribunal Federal (15 de abril de 2020). STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19. *STF – Supremo Tribunal Federal*. <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>. Acesso em 19 set. 2021.
- Tavares, J. (27 fev. 2021). O que foi o BolsoDoria e por que dobradinha eleitoral com Bolsonaro virou assombração para Doria. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/o-que-foi-o-bolsodoria-e-por-que-dobradinha-eleitoral-com-bolsonaro-virou-assombracao-para-doria.shtml>. Acesso em 04 nov. 2021.
- Teixeira, I.V. (17 de julho de 2020). Constituição não permite intervenção militar com fundamento no artigo 142. *Consultor Jurídico*. <https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/pinto-teixeira-intervencao-militar-artigo-142-constituicao>. Acesso em 16 set. 2021.
- UOL (21 de outubro de 2020a). Bolsonaro afirma que “não há nenhum país do mundo interessado na vacina chinesa” [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=Esk4kMzZQm8>. Acesso em 18 set. 2021.
- \_\_\_\_\_ (21 de novembro de 2020b). Bolsonaro reclama de protestos antirracistas no Brasil [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=f4jy2ZgVfVQ>. Acesso em 18 set. 2021.
- \_\_\_\_\_ (17 de dezembro de 2020c). Bolsonaro: se tomar a vacina e virar jacaré, eu não tenho nada a ver com isso [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=IBCXkVOEH-8>. Acesso em 16 set. 2021.
- \_\_\_\_\_ (18 de janeiro de 2021a). Bolsonaro x Coronavac: sete vezes que o presidente criticou a vacina contra covid-19 [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=LUvXGj1hsaE>. Acesso em 18 set. 2021.
- \_\_\_\_\_ (28 de janeiro de 2021b). Bolsonaro critica o isolamento social: “Povo brasileiro é forte, não tem medo do perigo” [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=WogiB2QPPAM>. Acesso em 18 set. 2021.
- \_\_\_\_\_ (22 de março de 2021c). Homem fardado faz ameaça à “esquerda” durante desfile pelo aniversário de Bolsonaro [video file]. *Youtube*. [https://www.youtube.com/watch?v=w6H0Qb\\_SZOw](https://www.youtube.com/watch?v=w6H0Qb_SZOw). Acesso em 16 set. 2021.

\_\_\_\_ (09 de junho de 2021d). Bolsonaro demonstrou aposta em imunidade de rebanho em evento de outubro de 2020 [video file]. *Youtube*. [https://www.youtube.com/watch?v=Nz\\_6fsnGGbo](https://www.youtube.com/watch?v=Nz_6fsnGGbo). Acesso em 16 set. 2021.

\_\_\_\_ (09 de junho de 2021e). Bolsonaro compara vacinas com hidroxicloroquina: “Experimental” [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=JJ7k5KvY4Ek>. Acesso em 16 set. 2021.

\_\_\_\_ (27 de agosto de 2021f). Bolsonaro reclama da dificuldade para governar e diz que “tudo tem limite” [video file]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=MlMM7kweahk>. Acesso em 19 set. 2021.

Weffort, F. (2003). *O populismo na política brasileira*. Paz e Terra.

**Enviado:** 28 de septiembre de 2021

**Aceptado:** 26 de noviembre de 2021